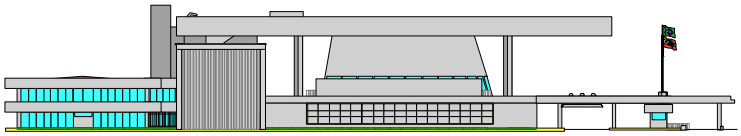
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII | FLORIANÓPOLIS, 05 DE JULHO DE 2007 | NÚMERO 5.746

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
José Natal Pereira – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 1763**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 051ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 04/07/2007.....2
Ata da 018ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 04/07/2007 12

Atos da Mesa
Atos da Mesa 19

Publicações Diversas
Extratos 20
Ofícios.....21
Portarias 21
Projetos de Lei.....21
Redações Finais.....23

P L E N Á R I O

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2007
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Registra a presença do vereador Jucélio Girardi, de Joinville, e dos vereadores mirins, também de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Comenta o projeto da Câmara Mirim de Joinville.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Aborda o projeto da Câmara Mirim de Joinville.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Registra a presença do prefeito de Armazém, do prefeito de São Martinho e do secretário executivo da Amurel; aborda o projeto Parlamento Jovem; refere-se à cassação de dois vereadores em Florianópolis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta a crise no tráfego aéreo.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli ao governador do estado.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Aborda a reestatização da Vale do Rio Doce.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Refere-se à reestatização da Vale do Rio Doce.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do vereador José Lino Coelho, de Taió.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se às inscrições dos deputados para uso da tribuna.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Tece comentários acerca do tempo destinado aos deputados para pronunciamento.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Refere-se ao Regimento Interno da Casa.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a Operação Moeda Verde; reporta-se à falta de pagamento das parcelas do art. 170.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Comenta a viagem do governador à Itália.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reporta-se à necessidade de melhorias na Educação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de Marileia Gastaldi, ex-reitora da Univille.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do vereador Adalto Gomes, de Tijucas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda audiência pública em Araquari sobre demarcação de terras indígenas; comenta audiência pública em Garuva sobre a construção de um elevado.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Comenta o estado de greve dos fiscais agropecuários federais.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica colocações do deputado Kennedy Nunes a respeito do governador do estado; aborda os repasses do art. 170; critica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito do art. 170.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Refere-se aos repasses do art. 170 e defende as viagens do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a renúncia do senador Joaquim Roriz.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Aborda audiência pública para discutir o aumento das taxas dos terrenos de Marinha.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a presença do vice-prefeito de Tijucas, Roberto Carlos Vailati; aborda a ação direta de inconstitucionalidade contra o Fundo Social.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Posiciona-se contrário ao PL n. 0015/2007, que dispõe sobre a prorrogação de contratos por prazo determinado no âmbito da secretaria da Saúde.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Posiciona-se favorável ao PL n. 0015/2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Posiciona-se contrário ao PL n. 0015/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Posiciona-se contrário ao PL n. 0092/2007, que ratifica os termos dos Contratos n.s 491 e 492 de 2003, de promessa de compra e venda entre o Besc, a Bescredi e o estado de Santa Catarina.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Posiciona-se favorável ao PL n. 0092/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

A Presidência registra requerimento do deputado Darci de Matos que comunica a presença, nesta Casa, dos vereadores mirins da cidade de Joinville. Sejam todos muito bem-vindos.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência comunica que, fruto de acordo de líderes em reunião realizada na manhã de hoje, teremos uma extensa pauta de votação de projetos na Ordem do Dia, às 16h.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL que nos acompanham assiduamente e ouvintes da Rádio Digital, inicio fazendo a minha saudação efusiva ao vereador Jucélio Girardi, do município de Joinville, que se faz presente nesta sessão.

Da mesma forma, faço a minha saudação aos 18 vereadores mirins do município de Joinville que se fazem presentes acompanhados da coordenadora do projeto, a sra. Sabrina Piva. Esse é um projeto importante e fundamental, o mais importante dos projetos que criamos quando dirigi a Câmara de Vereadores por um período de quatro anos.

Portanto, solicito ao suporte legislativo para que projete um vídeo institucional demonstrando as atividades do dia-a-dia da Câmara Mirim de Joinville e a importância deste trabalho para a nossa cidade.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Sr. presidente, os deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes conhecem perfeitamente esse trabalho realizado em Joinville. É um projeto de cidadania, um projeto cultural e educativo que envolve as crianças. A rigor, normalmente as crianças não gostam do meio político, e nós, através desse projeto, conseguimos levar as crianças de nossa cidade para o Poder Legislativo. Promovemos a interação da Câmara com a comunidade numa eleição, em parceria com o TRE, movimentando mais de 20 mil crianças a cada dois anos com campanhas educativas e com debates. As moções são encaminhadas para o prefeito municipal. Já foram realizados seminários ecológicos, seminários para a redução da idade penal, enfim, é uma Câmara Mirim atuante, participativa, que orgulha a nossa cidade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darci de Matos, parabéns por ter trazido a esta Casa este vídeo. Lembro-me muito bem quando juntos na Câmara, quando eu fazia parte da Mesa, levantamos com v.exa. essa bandeira que fazia parte da Mesa.

Eu não esperava que v.exa. fosse trazer hoje este tema, mas quero fazer um registro, e quem é pai irá entender o que estou fazendo: o meu filho, deputado, o Juan Kennedy Nunes que está ali nos assistindo, hoje está completando sete anos e o presente que ele me pediu é de passar um dia como deputado. Por isso quero fazer o registro da presença do estudante Juan Kennedy Nunes, da Escola Adventista, que vai passar a tarde aqui para ver o trabalho dos deputados. Diz ele que será um deputado bem atuante um dia.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Darci de Matos, v.exa. tem sido bastante feliz nas iniciativas depois que veio para esta Casa. Alguma das iniciativas que eu louvo nós vivenciamos na noite de ontem, com o Balé Bolshoi, que muito nos alegrou com a sua presença aqui nesta Casa. Foi uma sessão especial que resgatou a auto-estima de todos. Só tenho que parabenizar v.exa. por aquela iniciativa.

Agora vejo v.exa. mostrando também aqueles que certamente no futuro estarão nos substituindo. Muitos desses meninos de Joinville que hoje fazem parte da Câmara de Vereadores Mirim, com certeza absoluta, lá na frente, num futuro não muito distante, serão nossos vereadores naquele município e serão também os candidatos a deputado e muitos deles certamente ocuparão uma cadeira nesta Casa. E tenho certeza absoluta de que serão melhores do que nós, porque não tive essa escola, não tive a oportunidade de trilhar um caminho desses desde a minha adolescência. Se tivesse, quem sabe, estaria somando muito mais para este Parlamento.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Este exemplo de disciplina é bom para todos os jovens que estão nos visitando hoje, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham aqui presentes e pela TVAL. Quero cumprimentar o nosso presidente da Amurel, e o faço também em nome do deputado Genésio Goulart, o prefeito de Armazém, o companheiro Gabriel Bianchet; o nosso prefeito de São Martinho, companheiro José Schotten e o secretário executivo da Amurel, o companheiro José Leonardo Nesi.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Joares Ponticelli, sei que v.exa., primeiro, por ser um grande amigo, vai entender que apenas quero complementar o que estava terminando de falar e deixar o meu abraço a esses meninos de Joinville que estão aqui visitando a Assembléia Legislativa, aos orientadores da Câmara de Vereadores, e certamente deixar também o meu abraço ao deputado Darci de Matos pela iniciativa.

Deputado Joares Ponticelli, muito obrigado pela possibilidade de fazer isso.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Nilson Gonçalves, incorporo sua manifestação ao meu pronunciamento, e também quero associar-me, bem como cumprimentar o deputado Darci de Matos, cumprimentar os alunos, os professores e os vereadores.

Temos também aqui na Assembléia o projeto Conhecendo o Parlamento. Tenho a honra, por delegação do nosso presidente, de presidir a Escola do Legislativo. Realizamos agora a 4ª edição do Parlamento Jovem com a eleição dos 40 deputados mirins. Amanhã, sr. presidente, e sexta-feira, estaremos na região de Erval Velho fazendo o treinamento da próxima turma do Parlamento Jovem, deputada Ana Paula Lima, que é um projeto de autoria de v.exa. que se consolida, que abre as portas do Parlamento. Por isso quero cumprimentar também a Câmara Municipal de Joinville por estar fazendo esse trabalho.

Parabéns a todos vocês! Isso é educar para a cidadania. O Poder Legislativo tem que abrir as portas, tem que se mostrar e motivar essa juventude, que brevemente irá ocupar os espaços atualmente ocupados por nós.

Portanto, parabéns a todos!

O assunto que quero abordar na tarde de hoje não poderia ser outro, deputado Kennedy Nunes, a não ser o assunto do dia aqui em Florianópolis, e tenho certeza que está repercutindo em um grande número de municípios em Santa Catarina e até no Brasil. Refiro-me ao bom exemplo dado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis na condução de todo esse processo referente ao escândalo Moeda Verde.

A minha primeira manifestação tem que ser uma manifestação de elogio e de reconhecimento ao trabalho isento, rápido, realizado pelo Conselho de Ética da Câmara Municipal de Florianópolis, que é presidida pelo Vereador João Aurélio Valente.

Aquela Câmara, aquele Conselho, deputado Dagomar Carneiro, deu um exemplo para o Brasil e, muito especialmente, para o Senado da República. O Senado da República, como disse o jornalista Moacir Pereira, está sangrando pela insistência do peemedebista da gema, do grande líder nacional do PMDB, o senador Renan Calheiros, líder do deputado Manoel Mota, guru do deputado Manoel Mota, estar firme na Presidência do Senado e não arredar o pé. E o deputado Manoel Mota não consegue convencer o Senador Renan Calheiros a largar a Presidência para deixar o Senado fazer a sua parte e investigar com a isenção que o Senado merece. O PMDB do Senador Renan Calheiros e do deputado Mota sangra o Senado da República. E a Câmara de Florianópolis deu um grande exemplo.

Eu espero, até imagino que neste momento o deputado Manoel Mota esteja pedindo para o Senador Renan Calheiros deixar a Presidência, ou está se inteirando dos fatos que envolvem o Senador Joaquim Roriz, que também hoje, me parece, já começa a entrar no corredor do abatedouro. Eu não tenho dúvida de que o líder do PMDB, o deputado Manoel Mota, estava agora pedindo para o

Senador Joaquim Roriz e para o Senador Renan Calheiros, especialmente, deixar a Presidência do Senado, para que o Conselho de Ética do Senado possa seguir o exemplo, o bom exemplo da Câmara Municipal de Florianópolis, que rapidamente deu a resposta que a comunidade esperava, deputado Reno Caramori.

Agora, o que me assusta em tudo isso, o que me deixa inconformado com tudo isso, é que s.exa. o governador viajante, o governador turista, lá da Itália, numa entrevista hoje, quando perguntado pelo jornalista Mario Mota se vai exonerar os cassados, ele disse que havia feito um acordo com eles, mas agora o governador é o Leonel Pavan. Aí eu pensei: o governador Leonel Pavan vai fazer aquilo que um governante precisa fazer à bem da moralização do seu próprio governo, vai exonerar de pronto os vereadores cassados. E para a minha tristeza ouvi há pouco o governador em exercício dizer que está pensando, está conversando e não sabe o que vai acontecer.

O governador turista, lá na costa da Amalfitânia, ainda nas bodas da filha, diz que quem tem que resolver é o Pavan. O Pavan diz que vai esperar o Marcílio voltar. E ninguém sabe onde está o Marcílio, talvez esteja foragido novamente, como fez quando da prisão. E quanto ao Juarez Silveira, nada de fala. Pelo amor de Deus! A Câmara deu o recado! A Câmara de Florianópolis se reencontrou com o povo, deu a resposta que a população de Florianópolis e de Santa Catarina, que os homens e mulheres de bem desse país esperavam! E o governador viajante jogou a bola para o governador de plantão; o governador de plantão diz que tem que conversar, certamente, para esperar a ordem do governador viajante.

É um deboche! É um deboche!

Mas pior do que isso, deputada Odete de Jesus, acompanhei hoje pela manhã a agenda do governador viajante, do governador turista. V.Exa. sabe qual foi a agenda do governador hoje pela manhã, deputado Reno Caramori? Visitar a sede da Marcegaglia.

Fiquei contente, porque assim o governador Luiz Henrique da Silveira vai *in loco* reconhecer mais uma vez a grande ação do governo Esperidião Amin, que trouxe a empresa Marcegaglia para Santa Catarina. Como ele não trouxe nenhuma, deputado Nilson Gonçalves, foi à Itália conhecer a sede da Marcegaglia que o nosso governador trouxe.

O governador foi à Itália para entregar uma medalha para o dr. Marcegaglia, mas esqueceu, deputado Kennedy Nunes, que quando o governador Esperidião Amin trouxe a Marcegaglia para o município de Garuva o próprio governador Luiz Henrique e os seus diziam que o Esperidião estava trazendo os mafiosos para se instalar em Santa Catarina. E não satisfeitos com isso, ingressaram com uma ação popular contra o então governador Esperidião Amin e contra o então secretário, nosso ex-colega, Antônio Carlos Vieira, por conta dos benefícios, dos incentivos fiscais concedidos à Marcegaglia.

E agora, deputado Reno Caramori, depois de cinco anos sem ter conseguido trazer nenhuma empresa para Santa Catarina foi, como um chupim que procura colocar seus ovos no ninho dos outros, na sede da Marcegaglia para dizer: "Que bom que a cinco ou seis anos atrás vocês foram para Santa Catarina." Esquecendo que ele os tinha chamado de mafiosos e que os seus ingressaram com uma ação na Justiça contra o então governador Esperidião Amin e contra o então secretário Antônio Carlos Vieira.

Então, deputado Manoel Mota, v.exa. que é um homem preocupado com todas essas questões nacionais, que é um grande líder do PMDB, eu quero lhe pedir: peça para o seu guru, para o seu líder maior, senador Renan Calheiros, ouvir os senadores Pedro Simon, senador Jarbas Vasconcelos, Jefferson Peres, ouvir aquelas pessoas de bem do Senado que estão pedindo: "Renuncia Renan Calheiros!". "Larga a Presidência Renan!". "Renuncia Joaquim Roriz".

Deputado Manoel Mota, eu não tenho dúvidas de que se v.exa. fizer uma ligação agora, o seu líder, Renan Calheiros vai praticar o gesto que o Brasil inteiro está esperando e vai deixar a Presidência do Senado para que o Conselho de Ética possa dar a resposta que o Brasil espera, como deu, repito, a Câmara de Florianópolis, para a nossa alegria, na noite de ontem.

Aproveite a ligação, deputado Manoel Mota, e peça para o governador tomar uma atitude em relação aos vereadores cassados, que são altos comissionados do governo que v.exa., com muita competência, defende aqui neste plenário.

Portanto, deputado Manoel Mota, Santa Catarina espera agora do seu governo a mesma resposta que a Câmara deu na noite de ontem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão na tarde de hoje.

Gostaria de retomar o tema sobre o qual falei ontem, referente à crise do tráfego aéreo brasileiro, mais precisamente sobre aquilo que está sendo chamado de apagão aéreo. Existem algumas questões que não têm sido faladas até aqui. Reconstituindo o fato, é preciso registrar que toda essa crise surgiu do lamentável acidente aéreo que ocasionou a morte de 154 pessoas no dia 29 de setembro do ano passado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Vou ser rápido! Eu só quero dizer ao eminente deputado Joares Ponticelli que a sua cúpula partidária contaminou o Congresso Nacional com Severino Cavalcanti, Pedro Corrêa e Maluf, aquele procurado pela Interpol. Então, o Congresso Nacional hoje está contaminado!

E quanto à viagem de turismo, um dos seus líderes aqui da Assembléia, o deputado Jandir Bellini, está acompanhando o governador, e v.exa. está dizendo que está fazendo turismo.

Então, é muito importante criticar, mas a verdade é que a sociedade conhece aqueles que criticam porque não apresentam solução e não sabem apresentar um plano de desenvolvimento para Santa Catarina!

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Então, como eu estava falando, esse acidente aéreo aconteceu pelo choque de um jatinho Legacy, da Embraer, que estava sendo pilotado por dois norte-americanos. Isto em si já é um fato curioso: um avião pertencente à Embraer sendo pilotado por dois pilotos dos Estados Unidos. Isto não seria possível uma década atrás. Agora é possível porque essa empresa já não é mais nossa.

Esse acidente provocou uma crise tão grande, que existe uma CPI no Congresso Nacional que está discutindo o assunto. E ela começou porque, via de regra, como acontece em outros casos, quando acontecem os acidentes a responsabilidade é jogada sobre os ombros daqueles que estão na ponta do sistema, que estão trabalhando para garantir o funcionamento do sistema, mesmo em péssimas condições materiais para fazê-lo.

E nós descobrimos agora, durante a CPI do Apagão Aéreo, o conteúdo da caixa preta do jato Legacy, que foi aquela fita que nós conseguimos colocar ontem aqui e na qual percebemos a conversação dos dois pilotos norte-americanos. Um perguntando para o outro se o TCA estava ligado, o outro dizendo que não tinha certeza, e nenhum dos dois foi verificar. Esse é o equipamento usado para alarmar uma situação de perigo, a aproximação de uma outra aeronave. E eles, na dúvida se estava ligado ou desligado, deixaram para ver mais tarde. Mais adiante, na conversa, um deles até falou que, de repente, iria tirar um sono enquanto prosseguia a viagem no espaço aéreo brasileiro, na região da serra do Cachimbo, entre Mato Grosso e Pará. Depois que houve o choque, os dois constataram que o equipamento estava desligado.

O que nós percebemos, então, é que a responsabilidade com que esses dois cidadãos norte-americanos tratam o espaço aéreo brasileiro e a forma como se comportam no nosso espaço aéreo é, inclusive, constrangedora.

Uma outra questão necessária de análise é que, por via de regra, nos outros serviços públicos sempre sobra para quem está na base e está na ponta. O sistema de tráfego aéreo brasileiro tem uma sobrecarga - e isso já vem sendo notícia na imprensa há mais de dez anos e eu tenho visto e ouvido falar disso -; os equipamentos não suportam a demanda; e existe, inclusive, por deficiência de equipamento e de geografia, os chamados buracos negros no espaço aéreo brasileiro, ou seja, aqueles locais do espaço aéreo brasileiro que o radar não pega. Os aviões circulam por lá e ninguém consegue identificar se estão lá ou não estão. E quando acontece um problema, mais uma vez a responsabilidade é de quem está na ponta.

Só com esse acidente e com essa crise é que nós, brasileiros, ficamos sabendo da existência de uma categoria de trabalhadores chamada controladores de vôo e da importância singular que essa categoria tem para a segurança, e uma importância estratégica e econômica para a sociedade brasileira.

É importante registrar outro fato que também não se fala muito: que mais de 90% dos controladores de vôos no Brasil são militares da Força Aérea, são sargentos da Aeronáutica. E que, como tais, eles não têm direito à organização autônoma e soberana, não têm direito à livre manifestação do pensamento, não têm direito sequer de denunciar possíveis e supostas irregularidades, mesmo no trabalho que eles realizam.

Daí, então, começamos a entender por que o sistema chegou a essa situação. Chegou porque quem trabalha com ele não pode falar e não pode se organizar. Podemos dizer que não é um cidadão brasileiro com plenos direitos.

Outra coisa que precisa ser registrada é que o salário, o vencimento, de um controlador de vôo militar, no caso de um sargento da Força Aérea, é de R$ 1.900,00, menos de R$ 2 mil, enquanto que a remuneração de um controlador de vôo não militar, de um controlador de vôo civil, é três vezes maior: R$ 6 mil.

E qual é a demanda dos controladores de vôo militar? É que eles sejam tratados como militares, com a mesma dignidade, com o mesmo respeito, inclusive com um salário compatível com o dos controladores civis. E isso só será possível se for desmilitarizado o controle do espaço aéreo ou se os sargentos da Força Aérea puderem progredir na carreira profissional, duas coisas que os oficiais da Aeronáutica, assim como, de resto, a grande maioria de todos oficiais brasileiros das Forças Armadas, não admitem.

Então, ficamos nessa situação, o tráfego aéreo brasileiro continua caótico. Agora passaram a inventar outros argumentos, como neblina. Uma neblina, na sexta-feira à noite em São Paulo, teria provocado uma crise de quatro dias. Eu, particularmente, fiquei 24 horas no aeroporto de São Paulo esperando para retornar a Florianópolis.

As empresas se aproveitam dessa situação e não colocam mais nenhum avião, mais nenhuma aeronave. Todas andam superlotadas porque todas saem atrasadas. Portanto, eles vão fazendo um manejo de passageiros para andar com todas as aeronaves superlotadas.

Então, enquanto for mantida a posição intransigente do comando da Força Aérea Nacional, enquanto o governo Lula não determinar que seja aberta a negociação com os controladores de vôo, que sejam libertados os sargentos da Aeronáutica presos por esse motivo, com certeza nós continuaremos essa crise, porque nenhum trabalhador brasileiro é obrigado a ser escravo e capacho do sistema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado José Natal.

(Pausa)

Na ausência do deputado José Natal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria, neste momento, também ocupando a tribuna, de passar aqui algumas informações. Estivemos, nesta manhã, reunidos com um grupo de lideranças que coordenam os diferentes movimentos sociais urbanos, movimentos sociais ligados à atividade rural.

Neste final de semana, no extremo oeste, em São Miguel d'Oeste, também discutimos e debatemos o plebiscito, a consulta popular, que acontecerá na primeira semana do mês de setembro. E entre os diferentes assuntos, temas, que estarão norteando a consulta popular, o plebiscito, está a questão da reestatização da Vale do Rio Doce.

Nós sabemos que no ano de 1997, à luz de inúmeras manifestações populares, através dos diferentes movimentos sociais, tentaram naquele momento histórico impedir o leilão da companhia Vale do Rio Doce, mas, infelizmente, não se conseguiu impedir que a empresa fosse leiloada. E nesse sentido leiloou-se também a esperança do povo brasileiro, porque ela é fruto de impostos e tributos que os cidadãos e as cidadãs brasileiros têm pagado para que ela pudesse estar, de uma forma ou de outra, a serviço.

Na época, a empresa foi leiloada num valor de R$ 3,3 bilhões. Só para se ter uma idéia do prejuízo que isso tem trazido ao povo brasileiro, saibam que no ano seguinte a mesma empresa que não dava lucro nenhum, que dava prejuízo aos cofres da União, deu, em apenas um ano, mais de R$ 10 bilhões de lucro.

Além disso tudo, a partir do momento do leilão dessa empresa, tem-se entrado com uma série de ações na Justiça para anular o leilão repleto de irregularidades feito no ano de 1997.

Tivemos uma decisão na Justiça que determinou que fosse revisto todo o processo do leilão feito na venda da empresa Vale do Rio Doce.

E neste sentido, os movimentos sociais, tanto urbanos, como da roça, entidades e lideranças, estão empenhados e envolvidos neste momento para fazer um trabalho de conscientização e, ao mesmo tempo também, de levarmos o maior número possível de cidadãos e cidadãs brasileiros para opinarem sobre a reestatização ou de tornar pública a empresa Vale do Rio Doce.

E faço aqui uma pergunta que poderíamos fazer e que todo cidadão e cidadã brasileiros deveriam se fazer: com R$ 10 bilhões quantas políticas públicas o nosso país poderia estar viabilizando para o cidadão brasileiro? Quantas políticas púbicas, deputado Sargento Amauri Soares, que nós poderíamos viabilizar para todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, muitas vezes excluídos da oportunidade e do acesso às políticas públicas necessárias para o atendimento das suas necessidades?

Se pudermos avançar nisso, com certeza poderemos ter um outro país. É isso que esperamos: que toda a sociedade vá e deposite o seu pensamento, o seu parecer na primeira semana de setembro.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputado, desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz nesta tarde e dizer que vamos fazer parte desse grande debate porque isso é uma necessidade da sociedade brasileira. Passa muito longe de ser uma politicagem. Penso que politicagem é aquilo que está sendo feito em muitos momentos, talvez a maioria deles, no Congresso Nacional, por exemplo, nesse momento. Politicagem foi ter vendido a Vale do Rio Doce, a Telebrás, a Embraer, a Usiminas e tantas outras empresas amplamente lucrativas. Ou seja, o estado brasileiro perdendo a sua soberania, perdendo a sua capacidade de resposta para os problemas sociais e para as necessidades econômicas de um país, de uma nação, a partir das privatizações, porque privatizaram aquilo que dava lucro. E aí naturalmente o estado perdeu a sua condição de dar resposta.

Então, queremos parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que nós também estamos nessa campanha. E gostaríamos de conclamar toda a população, todos os companheiros para contribuir com esse trabalho que é de grande importância para a sociedade e para a nação brasileira, porque tem a ver com a soberania do nosso país, antes de qualquer outra coisa, e das condições do estado poder dar a resposta para os principais problemas sociais que hoje atravessamos.

Muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho e pelo pronunciamento!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Nobre deputado, seria interessante e importante que, neste momento, nós pudéssemos fazer um grande mutirão e todos os poderes públicos estar envolvidos neste processo. Porque quem ganhará com isso, lá na ponta, será o cidadão e a cidadã, tanto catarinense como brasileiro.

Portanto, faço este apelo a todos os parlamentares e a todos os cidadãos do país para que nesta primeira semana possamos, de fato, envolver o maior número possível de pessoas, no sentido de darmos uma resposta positiva e firme com relação ao plebiscito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, desejo registrar que se encontra na Casa o vereador José Lino Coelho, do PSDB de Taió. Inclusive, eu estava atendendo-o na sala da Presidência, quando fui chamado no meu horário. Pela ordem, eu era o quinto orador inscrito. Como dois deputados não estavam presentes e não foram chamados, eu cronometrei errado o tempo. Mas usarei da palavra no horário de Explicação Pessoal.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está feito o registro. Muito obrigado, deputado José Natal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu gostaria de fazer na verdade um apelo: nós temos o nosso Regimento Interno da Casa - e eu não estou recordando o número do artigo, mas a sua assessoria certamente pode mostrá-lo a v.exa - no qual está previsto que, com relação àqueles que se inscrevem para utilizar a tribuna, no horário de Explicação Pessoal ou antes do horário dos Partidos Políticos, tem direito a falar aquele que ainda não falou ou que não usou a tribuna. Digo isso porque nós temos aqui uma verdadeira corrida para a inscrição de deputados para falar. E há deputados que, costumeiramente, se inscrevem, correm lá cedinho e inscrevem-se e todo santo dia falam, em prejuízo daqueles que quase não usam a tribuna. E o Regimento Interno prevê que aqueles deputados que quase não usam a tribuna têm prioridade e direito de falar, mesmo não estando inscritos na seqüência ou em primeiro lugar para utilizar a tribuna.

O que eu quero dizer é que deveria haver certa organização nessa questão da utilização da tribuna no sentido de que, de maneira democrática, todos os deputados que se inscrevessem pudessem utilizar a tribuna, independentementedo horário que foi feita a sua inscrição. Hoje, por exemplo, eu me inscrevi por volta das 13h30min, mas fiquei sabendo que a inscrição começou às 8h. Então, já tinha lá uma fila enorme de inscritos. Nós temos assuntos importantes a serem tratados sobre a nossa região norte de Santa Catarina, e não podemos utilizar a tribuna por falta justamente de respeito ao que prevê o Regimento Interno da Casa.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a v.exa., no sentido de que o Regimento Interno da Casa seja respeitado para que todos os deputados possam utilizar a tribuna de maneira democrática.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Nilson Gonçalves v.exa. está coberto de razão. No nosso Regimento Interno consta, no art. 100 § 2º que "para o uso da palavra terão preferência os deputados que menos a tenham usado nas últimas quatro sessões e que solicitarem prioridade".

O que estava acontecendo até o momento é que os deputados que chegavam mais cedo a este plenário faziam o registro numa lista única. Como há o pedido de v.exa., peço à assessoria da Casa que faça essa verificação das últimas sessões e dê prioridade para os deputados que queiram falar e não se inscreveram.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu só quero ter a oportunidade de agradecer a coerência da presidente. Eu não poderia esperar de v.exa. outra reação que não fosse essa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Mas sr. deputado também vale salientar que tem que haver a inscrição.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Ana Paula Lima) -Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, pedi a palavra para dar seqüência ao raciocínio do deputado Nilson Gonçalves, até porque nós discutíamos hoje na liderança do PSDB que o tempo de dez minutos na primeira e na última hora da sessão certamente é um tempo prolongado se considerarmos o número de inscrições de deputados para participar da exposição das suas opiniões.

Sra. presidente, não atentei para o Regimento Interno neste momento se está previsto qual é o tempo de pronunciamento de cada deputado, que agora a Mesa estipulou como dez minutos. Por isso quero sugerir, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves, de passar para cinco minutos mais 30 segundos, pois é o tempo suficiente para expor bem a opinião e daria margem para mais deputados se pronunciarem tanto na primeira hora quanto na última.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - É sobre esse assunto, deputado?

(O deputado aquiesce.)

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu só quero dizer que se for para mudar o Regimento Interno, essa mudança tem que ser proposta. Nós não podemos discutir aqui eu acho isso, eu acho aquilo. Quem quer mudar o Regimento tem que propor uma mudança de Regimento, ou seja, se for para aumentar o tempo para 15 ou diminuir para cinco minutos. Isso não pode ser discutido aqui.

Além do mais, sra. presidente, eu não entendi o encaminhamento de v.exa: nós temos o Regimento que norteia ou a prática? Eu estou há nove anos na Casa, e a prática sempre foi de prioridade a quem chega cedo para se inscrever, eu tenho esse cuidado. Eu não posso, por conta de quem chega tarde ou não se inscreve, correr o risco de não falar. Chego cedo para inscrever-me porque essa é a prática há nove anos e se quiserem mudar têm que mudar o Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado, esse procedimento sempre foi adotado pela Casa, era uma prática da Casa. Mas o deputado Nilson Gonçalves pediu para que se seguisse o Regimento, que consta que os deputados que estavam inscritos e não tiveram a oportunidade de falar teriam prioridade.

Agora, sr. deputado, quanto ao questionamento do deputado Serafim Venzon, acho que isso temos que resolver numa reunião de líderes com encaminhamento para a Mesa, porque senão vamos ficar aqui discutindo sobre esse tema. Pode ser então? Na reunião de líderes discutiremos essas duas questões levantadas por v.exas.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Vou fazer o encaminhamento, através do nosso líder, deputado Marcos Vieira, na próxima reunião de líderes.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, srs. deputados!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, meu líder, deputado Kennedy Nunes, ainda sobre a Operação Moeda Verde, o jornalista Prisco Paraíso na coluna de hoje traz a seguinte nota:

(Passa a ler.)

"Metralhadora Giratória

O governo do estado está preocupado com o reforço no time do Ministério Público Federal, que recebeu cinco novos procuradores da República para ajudar na Operação Moeda Verde, diante do afastamento provisório de Walmor Alves Moreira. O quinteto acionado é de peso: Davy Lincoln da Rocha (Joinville), Celso Antônio Três (Tubarão), João Marques Brandão Neto (Blumenau), Marcelo Mota (Itajaí) e Carlos Augusto Amorim Dutra, procurador-chefe substituto do MPF em Santa Catarina.

'Estão querendo desvalorizar e desqualificar o órgão acusador (Ministério Público). Tratamos aqui de uma criminalidade de gente de proa da pirâmide social', observou Celso Três, para depois complementar: 'A gente vê o governador (Luiz Henrique) fazendo almoço de desagravo a quem foi preso (Fernando Marcondes), governador editando decreto para legalizar a jogatina, que o Supremo já disse que é ilegal. Que todos ouçam: gaveta não!'.(...) " [Sic]

Essa foi a afirmação do procurador-geral da República, Celso Antônio Três.

Antes que o deputado de sempre venha à tribuna dizer que essa é mais uma ilação ou uma invenção da Oposição, recomendo que ele leia o jornal e se quiser rebater que seja com o jornal ou com o jornalista. Porque aqui é o seguinte, deputado Pedro Baldissera e deputada Odete de Jesus: até as notícias que trazemos eles tentam desvirtuar e vender para o povo que é coisa de Oposição. Aqueles que resistiram ao aparelhamento e ainda falam livremente são atribuídas, as suas falas, à Oposição. E quando se aperta, se cobra e se exige uma explicação, o que se vê é sempre a mesma tentativa, ou seja, de desqualificar.

Ontem, por exemplo, eu não estava aqui, mas fiquei perplexo, ao ver à noite pela TVAL, que o deputado líder do PMDB, teve a coragem - e não ficou vermelho - de vir à tribuna e dizer que o art. 170 está todo em dia. "Esse homem bebeu água de parto", como diz o ditado. Basta perguntar para qualquer um dos 30 mil estudantes, para qualquer uma das instituições, se foi paga uma só parcela de 2007. Nenhuma, deputado José Natal, nenhuma! E eu ouvi ontem aqui o líder do PMDB dizer que está tudo em dia! Tudo em dia, para quem? Na casa de quem? Está tudo em dia na mesa e no bolso desse cabidaço de emprego, desse povo todo que depois de seis meses de briga foi finalmente nomeado. Para esses está em dia!

Em cada uma dessas 36 secretarias, têm uns 20 ou 30 ganhando salários de R$ 2 a R$ 6 mil por mês, para esses está tudo em dia. Mas para os 30 mil estudantes do art. 170, não tem nada em dia deputado Jailson Lima, nenhuma parcela chegou ainda. Aí, ele diz: "Não, o que foi acertado foi pago". É que eles estão pagando agora as parcelas, deputado Kennedy Nunes, do ano passado. E quem era o governador do ano passado? Não era mais o Esperidião Amim! Era aquele bem aposentado, Eduardo Pinho Moreira, deputado Pedro Baldissera. Até abril, ficou Luiz Henrique da Silveira, e em abril tinha um negócio entre os dois: "Não, agora tu ganhasses a tua pensão até aqui e daqui para frente tem que dar lado para eu me aposentar por oito meses." Foi um remanejamento entre os dois, um compadrio para atrasar também as parcelas do art. 170. E se estão pagando agora, são as do ano passado, o que, aliás, o Eduardo Pinho Moreira saiu dizendo que estava tudo em dia, que tinha R$ 20 milhões em caixa, que não devia nada. E agora, na metade de 2007 estão ainda pagando aquilo que o Eduardo Pinho Moreira tentou esconder no ano passado.

E não pagaram, repito o desafio em alto e bom som, nenhuma parcela de 2007, a não ser que tenham depositado hoje, porque eu estou checando todos os dias e são universitários todos os dias cobrando. Nenhuma parcela foi paga! E vejam que 2007 foi dividido em oito prestações. Então, só tem mais seis meses pela frente; se pagar em dia já vai faltar meses para poder cumprir.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. trouxe no primeiro pronunciamento uma informação que estou perplexo ainda, pois é muita cara-de-pau desse governo. Para não dizer outras coisas, pois meus pais me deram educação e ensinaram que quando você faz uma coisa e depois outra, ou você se arrepende fala, ou se você não se arrepender você é um sem-vergonha.

Não vou dizer que o governo seja sem-vergonha, porque fica muito baixo, mas é cara-de-pau, pois foi visitar uma empresa, na Itália, a mesma que quando se instalou aqui o governo entrou com um recurso na Justiça contra ela, a Marcegaglia, e que agora está aumentando lá em Garuva. Então, aqui o governo do PMDB, do Luiz Henrique da Silveira, entra na Justiça, mas depois vai levar medalha para o dono da mesma empresa, a Marcegaglia, lá na Europa. Isso é ser cara-de-pau! É falta de vergonha na cara! Tem que passar Jimo Cupim na cara desse governo, pois entrar na Justiça, dizer que quem está vindo é mafioso, para depois levar medalha na Itália?! Com certeza, arrumaram um lugarzinho para ir, para justificar sua ida à Itália na festa da sua filha paga com dinheiro do povo.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, meu líder.

Quero concluir pedindo ao líder do PMDB, deputado Manoel Mota, para dizer ao governador exonerar os dois vereadores cassados, o presidente da Santur e o diretor da Codesc, ou será que ele não pode deputado Manoel Mota? Manda exonerar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até dez minutos, conforme acordo entre o PRB e o PDT.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula de Lima, srs. integrantes da mesa, sras. e srs. deputados, srs. líderes, amigos desta Casa, imprensa falada escrita e televisada, em primeiro lugar quero agradecer ao líder do PDT, o brilhante deputado Sargento Amauri Soares, que nos cedeu este espaço para que pudéssemos concluir o nosso pronunciamento.

Como professora da rede pública estadual, priorizo a educação. Por que priorizamos a educação? É que a mãe muitas vezes tem que trabalhar fora, arcar com toda a administração da casa e com a educação e o sustento da criança. Essa criança está precisando complementar seu caráter na escola, mas a escola vai apenas aprimorar a formação do caráter dessa criança. Não queremos isentar os pais da educação da criança. Os pais têm a obrigação de ensinar para as crianças o que é certo, o que é errado, o que pode e o que não pode ser.

Se a criança aparecer em casa com um lápis diferente daquele que ela adquiriu, a mãe tem o dever de saber de onde veio esse lápis ou esse caderno, etc. A família não está isenta da educação dessa criança, porque acho que educação vem de berço, depois vai para a escola, para os professores a aprimorarem; a criança vai se desenvolver e depois será colocada na vida profissional para depois também poder contribuir para com o seu município, seu estado e seu país.

Srs. deputados, precisamos educar nossas crianças para amanhã ou depois não acontecer os verdadeiros absurdos que acontecem, como um professor, um profissional da área da educação, ser morto. Não podemos aceitar! Na quinta-feira estava lá em Rio do Sul e soube da morte do professor Adair José Marcon de 32 anos de idade, uma pessoa que estava contribuindo, que tinha amizade com seus colegas. Foi assassinado por um aluno. Vejam em que ponto nós chegamos! E não paramos por aí!

Hoje estava olhando o jornal e vi que um ex-prefeito do município de Papanduva também foi assassinado. Há uns dias soubemos, através da imprensa, que um deputado ameaçou outro de morte.

Onde estamos, onde vamos parar? E a Segurança Pública, coitada, está abandonada! Ela faz verdadeiros milagres com os seus equipamentos defasados: pneus carecas, falta gasolina, faltam patrulhas, falta não sei o quê! Segundo estou sabendo, está faltando até o fardamento, os coletes, as viaturas. Alguns veículos apresentam problemas graves que põem em risco a vida dos próprios policiais. Eles estão aí e são verdadeiros heróis, pois muitas vezes têm até de esconder a sua farda para não serem assassinados. Os seus salários estão defasados há pelo menos quatro anos e por isso esperam um reajuste de R$ 93,00.

E essa classe, srs. deputados, tem que engolir as mágoas, suportar sofrimentos e ainda estar sorridente para a população.

Nós constatamos que há no Brasil cerca de 25 homicídios por 100 mil habitantes, ou seja, quatro vezes mais do que nos países europeus. Assim, nós temos que conscientizar as famílias e procurar investir mais na área da educação. E nós temos feito o nosso papel, pois temos cobrado. É bom que as crianças tenham sua escola bem equipada e não tenham suas aulas em pavilhões de igrejas católicas, como está acontecendo, em péssimas condições. Que aprendizado essa criança terá? Fica aqui um ponto de interrogação.

Pensando no bem-estar das crianças, eu elaborei um projeto de lei que tramitou nesta Casa e hoje o governador em exercício, o nosso grande amigo Leonel Pavan, me ligou dizendo que o estava sancionando e que os deputados aqui também contribuíram com os seus votos.

Esse projeto institui o dia 27 de outubro como sendo o Dia do Conselheiro Tutelar. O conselheiro tutelar também é um verdadeiro milagreiro nos municípios. Para fazer o seu trabalho, sra. presidente, ele não tem nenhuma condição, mas mesmo assim está fazendo o seu papel, está fazendo o seu trabalho.

Então, srs. deputados, temos que evitar que as coisas aconteçam, para amanhã ou depois não acontecer o que já ocorreu aqui na capital, uma vergonha para este estado, que foi a Operação Moeda Verde.

Mas que bom que a Câmara de Vereadores deu um exemplo para toda a população catarinense e para o Brasil! Porque isso é histórico, vai para a história do nosso estado de Santa Catarina! Nunca ocorreu cassação e ontem ocorreu.

Eu quero parabenizar a vereadora Ângela Albino.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só gostaria de fazer um registro da presença de uma pessoa que tenho o maior respeito pelo seu trabalho e está nesta Casa, que é a ex-reitora Marileia Gastaldi. Muito obrigado a nossa sempre reitora de Univille, que há poucos dias deixou a secretaria municipal da Saúde de Joinville e hoje está contribuindo com o seu trabalho para o governo do estado.

Sinta-se bem, magnífica reitora!

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - É feito o registro, deputado.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente, eu gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, do vereador Adalto Gomes, da cidade de Tijucas, nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores.

Seja bem-vindo, vereador!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo ao Parlamento catarinense, vereador Adalto Gomes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente e srs. deputados, utilizando este horário que é do meu partido, o PSDB, gostaria de tratar de alguns assuntos que dizem respeito à minha região, a região norte do estado, e que certamente interessam a todos nós catarinenses.

Eu gostaria de contar, se possível, no dia 12 de julho, deputado José Natal, com a presença do amigo e do deputado Serafim Venzon também na audiência pública que será realizada no município de Araquari. Vamos tratar nesta audiência de um assunto extremamente importante e até preocupante.

É claro que os srs. deputados já sabem que o Ministério Público Federal, através de uma ação civil pública, determinou a Funai a identificar e demarcar as terras indígenas guaranis em nove municípios do norte de Santa Catarina, incluindo também o Planalto Norte, entre eles Joinville, Araquari, São Francisco do Sul e mais alguns municípios adjacentes, num prazo de 24 meses, ou seja, de dois anos.

Se isso for feito como manda e como foi determinado, teremos a demarcação de terras indígenas em cima de propriedades rurais centenárias, de pessoas que têm legitimamente o direito à sua propriedade através de papéis, de documentos, etc., mas que por uma demarcação acabarão tendo a expropriação de suas propriedades. Essa demarcação vai acabar atingindo inclusive nascentes de rios e, principalmente, o município de Araquari, que vai ser o mais prejudicado no que se refere ao meio rural.

Entendemos ser um assunto de grande importância, por isso solicitamos que seja feita uma audiência pública no município de Araquari, na Câmara de Vereadores. E lá estarão presentes todas as autoridades ligadas à área, bem como também proprietários de terra, enfim, todas as partes interessadas terão a oportunidade de se manifestar e de tentar chegar a um denominador comum em relação a isso.

Evidentemente que nós não queremos, de forma alguma, que essas pessoas fiquem à margem do processo ou que fiquem sem um local para viver. Em absoluto! O nosso respeito ao índio tem que ser eterno, mas dentro de um bom senso, isto é, dentro de toda essa área pode-se perfeitamente encontrar um local onde esses ditos descendentes de índios possam ter uma determinada gleba de terra legalizada, demarcada e viver dali tirando o seu sustento.

Não é necessário desmontar-se os municípios de toda a nossa região por conta de uma demarcação que, no meu modo de entender, é absurda, não tem o menor sentido. Pessoas que têm terras oriundas do pai, do avô, terras legalmente registradas e tudo o mais, que as cultivam, vão acabar perdendo-as por conta de uma demarcação.

Então, eu entendo que este assunto certamente será bastante interessante e eu gostaria de convidar os srs. deputados desta Casa, aqueles que puderem, para irem ao município de Araquari no dia 12 de julho próximo.

Também tivemos uma audiência pública, agora, na segunda-feira, no município de Garuva, por conta de um elevado que vai ser construído no perímetro urbano daquela cidade, elevado esse que foi pedido pela comunidade de Garuva.

Garuva pediu, através da sua Câmara de Vereadores, uma solução para o problema da passagem no perímetro urbano da SC-415, porque ali já morreram pessoas atropeladas, já tivemos inúmeros acidentes no perímetro urbano daquela cidade que dá acesso ao perímetro urbano de Garuva. Quem sai da BR-101 para ir ao município de Guaratuba, no Paraná, ou para ir ao município de Itapoá, passa forçosamente pelo perímetro urbano de Garuva.

O governo, sensível a este pedido, entendeu que deveria fazer um elevado no centro da cidade, possibilitando, então, o trânsito urbano sem interferir no trânsito da SC-415. Ocorre que nem todos gostaram do projeto que o governo fez, principalmente os comerciantes do centro daquela cidade, sendo criada uma celeuma em cima deste assunto, alguns vereadores querendo, outros não, alguns comerciantes revoltadíssimos pela possibilidade de prejuízo com a instalação daquele elevado e a comunidade querendo. Enfim, entendemos que deveríamos fazer uma audiência pública para dirimir as dúvidas. E assim aconteceu.

Foi realizada, então, na segunda-feira, esta audiência com todas as autoridades, engenheiros do Ceinfra, do Deinfra, da secretaria Regional, sendo ocupado todo o espaço pela população, lotando o local. Não havia mais lugar. Lá fora até parecia festa de São João, tinha gente que não acabava mais. E, como eu já imaginava, não se chegou a um denominador comum.

Então, o que aconteceu foi que acabamos protelando por mais 30 dias a discussão para vermos onde vamos construir aquele elevado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, há poucos dias as docas em nossos portos estavam com grande número de contêineres aguardando a fiscalização por parte dos fiscais agropecuários federais, além dos portos, os aeroportos e todas as entradas do nosso país em que operam atividades de importação e exportação.

Os prejuízos são de grande monta por conta da paralisação dos profissionais durante um lapso de tempo de 11 dias.

Os fiscais agropecuários federais, que continuam em estado de greve e que negociaram com o governo federal um prazo de 20 dias para discutir uma pauta reivindicatória, expressam em toda a nossa imprensa que se não houver o entendimento entre trabalhadores e a esfera governamental federal a paralisação voltará a ocorrer. E aí, sras. deputadas e srs. deputados, vamos acumular milhões e milhões de reais de prejuízos com relação à nossa economia.

Nós, que conquistamos o *status* extremamente importante de unidade da federação livre de febre aftosa sem vacinação que pode estabelecer relações comerciais com o mundo todo por conta desta condição avançada, vivenciamos agora essa iminente preocupação. Por isso mesmo tomei a iniciativa de fazer, através de moção, uma manifestação à esfera federal pedindo atenção para esse problema.

Santa Catarina é um estado exportador, é um estado cuja economia tem uma peculiaridade toda especial e por isso mesmo, a exemplo do país todo, merecemos essa atenção.

Precisamos contar com a ação diligente do governo federal para que possamos negociar e encontrar caminhos e soluções para que não passemos novamente a vivenciar o problema extremamente aflitivo que durante muitos e muitos dias vimos e assistimos se avolumar com estoques de carnes, frangos, suínos, com mercadorias em todos os portos e aeroportos, todos os locais cuja atividade desses profissionais se faz necessária e importante sob o aspecto legal, sem a qual o estado não pode continuar a exportar seus produtos.

Portanto, neste momento assomo à tribuna para pedir o apoio de todos os parlamentares para que possamos transformar a modesta iniciativa deste parlamentar em uma iniciativa da Assembléia Legislativa, que todos possam subscrever esse documento para registrar, mostrar às esferas competentes a gravidade do problema que se avizinha se não houver, com muita agilidade, com muita rapidez, com determinação e espírito público, a tomada de decisões necessárias para que possamos restabelecer a normalidade nos nossos portos, aeroportos, enfim, na estrutura de exportação e importação de produtos no nosso país.

É certo que o governo federal tem as suas limitações, assim como o estado e as próprias municipalidades. Mas também é necessário reconhecer que outra paralisação já se fez sentir de forma muito contundente há algum tempo, e nessa paralisação também houve prejuízos que marcaram a nossa economia. Agora nós precisamos de iniciativas que visem restabelecer por completo e que os fiscais agropecuários federais possam voltar a exercer a sua atividade com as condições mínimas para realizar um trabalho seguro, que garanta ao nosso país o *status* conquistado com relação à sanidade animal e também de um todo com relação a todos os produtos e alimentos que exportamos para várias, para inúmeras, para diversas partes do mundo.

Sra. presidente era o tempo que me foi destinado e era o tempo que cabia. Portanto, neste espaço encerro a minha manifestação, uma vez que agora o eminente líder de nossa bancada utilizará os dez ou nove minutos que ainda restam de tempo ao nosso partido, ao PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. deputada presidente, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de participar no Parlamento catarinense, ouvintes da Rádio Digital, telespectadores da TVAL.

Nós precisamos aqui fazer alguns esclarecimentos e mostrar à sociedade com tranqüilidade, com a segurança dos homens de bem de Santa Catarina que foram escolhidos democraticamente nas urnas e têm que ser respeitados. Por isso, evidentemente, é preciso que tenham um tratamento, não precisa ser especial, mas respeitoso, no mínimo um tratamento respeitoso.

Eu ontem disse e vou aqui assegurar que o governo, através do secretário da Educação, Paulo Bauer, fez uma negociação com o sistema Acafe, pagando duas prestações que ficaram do ano passado. O que restou foi negociado em prestações até o final do ano, a primeira já foi paga, no valor de R$ 4,1 milhões, atendendo 17 mil estudantes em Santa Catarina. Eu não disse que o governo estava em dia, eu disse que o governo negociou e está em dia com o pagamento do acordo feito com o sistema Acafe.

Às vezes falamos com tristeza, porque o eminente deputado líder da bancada do PP veio à tribuna, eufórico, chamar o governo de cara-de-pau. Eu acredito que o deputado Kennedy Nunes estava eufórico e deve ter se passado, porque se fosse uma pessoa altamente despreparada eu iria relevar, mas um homem de comunicação, um homem de bem, não pode tratar o governo dessa forma. Seja lá por que motivo for, não dessa forma, quer dizer, chamar o governo de cara-de-pau?

Quem conhece a pessoa honrada de Luiz Henrique da Silveira, que é de Joinville, da terra do deputado, que recebeu por duas vezes mais de 75% dos votos, porque aquela população o respeita, foi por três vezes prefeito. Então, ele não merece esse tipo de tratamento.

Deputado Kennedy Nunes, acho que v.exa., na emoção, se excedeu! Porque eu não acredito que uma pessoa que se diz preparada, pode chegar ao ponto de não respeitar um governo legitimamente eleito pelo voto popular em Santa Catarina, e reeleito pela primeira vez na história deste estado.

A secretaria da Fazenda autorizou a negociação, meu caro deputado, até o final do ano serão pagas todas as prestações, que chegam a um total de R$ 32 milhões, para o sistema Acafe, beneficiando os alunos de Santa Catarina.

É lamentável, porque ontem já foi explicado e o deputado Joares Ponticelli, que sempre encontra uma forma de distorcer tudo, veio aqui e fez esse tipo de denúncia! Mas faz denúncia e não encontra nada, faz denúncia vazia. Fica dizendo que o governo está fazendo turismo, só que o deputado do seu partido o acompanha no trabalho. Com certeza o deputado Jandir Bellini, que é um homem de bem, virá a esta tribuna para fazer a prestação de contas desta viagem ao exterior.

Estão trabalhando para o povo de Santa Catarina e amanhã, se não me engano, estará chegando uma empresa para investir no estado, parece-me na região serrana, fruto do trabalho que eles estão fazendo lá no exterior.

Por isso, é lamentável que às vezes tenhamos que vir a esta tribuna para discordar, porque nós não podemos concordar com esse tipo de discurso vazio, ultrapassado, antigo, velho, do tempo da ditadura. Quando solicitamos um aparte, nem isso se consegue. É do tempo que mandavam, que prendiam, mas hoje nós vivemos no regime democrático, é um novo momento! As pessoas precisam adaptar-se ao novo momento que estamos vivendo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois Não! Eu quero ouvir o eminente deputado lageano, que com certeza, terá muito a contribuir nesse meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, ontem o que nós relatamos é que dentro do cronograma acertado junto às instituições de ensino superior, já se começou a cumprir o que foi acertado, inclusive participei, na Uniplac, de uma reunião dentro desse cronograma.

Já foram realizadas as ordens bancárias no valor de R$ 4 milhões e tem mais R$ 32 milhões, resultando em bolsa de estudo para 17 mil alunos. Está totalmente acertado com as instituições que o estado dará garantia dos repasses desses recursos que são importantes para a educação. Acho que é um assunto que deveríamos aplaudir, deputado Joares Ponticelli, porque dá segurança ao sistema de que todos os repasses serão feitos.

A respeito das viagens, nós até podemos criticar. Ouvimos críticas ao Fernando Henrique Cardoso, ouvimos críticas ao presidente Lula, mas temos que vender o nosso peixe, nesse mundo globalizado. E o governador Luiz Henrique da Silveira faz essas viagens para mostrar o potencial do estado de Santa Catarina. E não são viagens solitárias, inclusive colegas deste Parlamento acompanham as missões. Todas as missões que o governador tem feito, colegas têm acompanhado e servem de testemunhas do esforço do governador Luiz Henrique da Silveira em levar o nome do estado de Santa Catarina.

Nos próximos dias será anunciado. Em uma viagem do governador, quando ele foi falar de cinema muita gente deu risada. Falar de cinema de Santa Catarina nos Estados Unidos é engraçado, mas nós, em breve, estaremos recebendo, em Bom Jardim da Serra, o primeiro estúdio cinematográfico americano em solo brasileiro, em terras catarinenses. Isso graças às viagens do nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

Agradeço o aparte, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

O eminente deputado Joares Ponticelli deve comprar uma calculadora para somar, porque ele afirmou ontem que mesmo que o governo quisesse, não daria para pagar as prestações que iriam vencer. Se ele fizer as contas, verá que a Fazenda já liberou mais R$ 4,1 milhões e já está definido que até dezembro serão pagos R$ 32 milhões, cumprindo toda a meta do governo com o art. 170.

Na época do governo Esperidião Amin, o líder do governo era o deputado Joares Ponticelli, que sabe que não cumpriu a lei, era uma briga a todo instante.

É muito fácil criticar, é fácil levantar dados e trazer, criar problema. E eu já disse ao eminente deputado que ele vai ter que comprar um terno *jeans* para não rasgar de tanto ficar na bancada da Oposição, porque ele não faz nada para construir!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Infelizmente, o meu tempo terminou. Desculpe...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, apenas para trazer uma notícia que considero relevante. Acabou de apresentar renúncia ao mandato de senador, o companheiro do deputado Manoel Mota, Joaquim Roriz, de Brasília.

Um peemedebista que acaba de renunciar ao seu mandato no Senado. Atendeu, certamente, o pedido do deputado Manoel Mota. E agora nós pedimos ao deputado Manoel Mota para ligar para ao senador Renan Calheiros e dizer a ele: "Renuncia, Renan." O senador Joaquim Roriz já foi, peça para o senador Renan Calheiros também.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados...

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. deputado, quero pedir para toda a cúpula que faz parte da executiva do PP, todos envolvidos com a grande corrupção de Brasília, inclusive Paulo Maluf que está sendo procurado pela Interpol, que também renunciem naquele mar de lama de Brasília.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, pelo aparte introdutório.

Gostaria de trazer hoje à tribuna o resultado da audiência pública que realizamos na última segunda-feira sobre a questão do aumento dos impostos das terras de Marinha. Estavam presentes mais de nove deputados, vários presidentes de associações de moradores, todos manifestando a sua inconformidade, manifestando a sua revolta contra os aumentos absurdos praticados pela União, desta taxa que tem fundamento no período feudal, na enfiteuse, e hoje esse anacronismo é utilizado para cobrar aumentos absurdos que foram, em média, de 260% e atingiram mais de 1.400%.

Infelizmente o representante do Serviço do Patrimônio da União não esteve presente, mas creio que vários questionamentos lá feitos darão origem a uma grande ofensiva judicial para rever esses aumentos estapafúrdios e absurdos.

Trago aqui, inclusive, um parágrafo da carta que os proprietários de imóveis no litoral catarinense receberam. O parágrafo final exemplifica bem qual é a perspectiva dessa cobrança.

Diz a carta do SPU: "Cabe ressaltar que o senhor ocupa um imóvel que está inserido em terreno do Patrimônio da União, que é patrimônio de todos os brasileiros. Assim sendo, cabe-nos cumprimentá-lo por este privilégio e dizer que estamos qualificando a ação do SPU para aprimorar a gestão desses imóveis. O cumprimento de sua função social, conforme determina a Constituição."

E os proprietários de terreno de Marinha tiveram então o privilégio, segundo o Patrimônio da União, de receber em suas casas aumentos estapafúrdios.

Tem aqui o exemplo do sr. João Goulart, do Estreito. Ele pagava, em 2006, R$ 800,00. Este ano o SPU teve a coragem de enviar para sua casa uma cota única no valor de R$ 3.573,00.

Outro exemplo é de uma senhora de Porto Belo que pagava R$ 351,18 pela sua casa e ela teve o privilégio, segundo o Patrimônio da União que aprimorou a gestão, e esse tal aprimoramento implicou num valor de R$ 3.488,10. São vários os aumentos. Pessoas que do dia para a noite acordaram R$ 3.000,00, R$ 4.000,00, R$ 5.000,00 mais pobres.

Por conta disso encaminhamos, através do diretório nacional do Democratas, duas ações em Brasília. Uma por descumprimento de preceito fundamental junto ao STF e uma ação civil pública junto a sessão judiciária de Brasília, a Justiça Federal, para que tenhamos a revisão desses valores, já julgados por várias instâncias judiciais, confiscatórios. Creio que é uma agressão à propriedade privada sem precedentes no litoral catarinense e brasileiro.

Mas neste momento, apesar de ter um fio de esperança que o governo reverta esta decisão, nós cremos que a melhor ação é a judicial. É uma grande ofensiva judicial individual enquanto não há decisão definitiva sobre as ações que tramitam em Brasília. E por conta disso temos em nosso site, que é o www.cesarsouzajunior.com.br, um modelo de ação, junto ao juizado especial federal, que não precisa de advogado. A pessoa entra, qualifica o seu imóvel, a sua qualificação pessoal, imprime, assina e já protocola no juizado especial federal, para revisar essa cobrança.

A Justiça tem decidido que a cobrança não pode ser sobre o patrimônio. Essa foi uma invenção de uma instrução normativa de 2003, você reajustar a taxa de Marinha com base na valorização patrimonial. Que culpa tem uma pessoa que herdou uma área? Eu cito o caso de uma senhora aposentada no sul da ilha que herdou uma área do marido falecido, está lá instalada e da noite para dia a taxa passou de R$ 500,00 para R$ 5 mil. Que culpa tem ela de que houve especulação imobiliária em torno de seu terreno? Com essa medida, o Patrimônio da União acabará por expulsar as pessoas que não têm condições de pagar a proximidade do mar e que terão que vender os seus terrenos.

Há uma outra questão a ser levantada, no que toca às taxas de Marinha, que é uma lei que está sendo dolosamente escondida das pessoas. Trata-se da Medida Provisória n. 2.200 de 2001, que estipula que aqueles que possuem, até 2001, imóveis de até 250m por cinco anos, comprovando a propriedade dos imóveis, não têm mais que pagar a taxa de Marinha.

Eu pergunto: por que o Patrimônio da União, deputado Edson Piriquito, quando mandou a cartinha para os privilegiados que tiveram aumento de 1.000%, não informou que essas pessoas poderiam requerer, aqueles que possuem por cinco anos como o único imóvel até 250m, a isenção total e completa do pagamento da taxa de Marinha? Não só na isenção por conta da renda, mas também por essa isenção que é legal e que permanece secreta.

Então, quero aqui agradecer a todos os srs. deputados, ao deputado Marcos Vieira, que esteve presente, e ao deputado Professor Grando, pois estão engajados nessa que é uma luta do Poder Legislativo Catarinense quanto a essa verdadeira extorsão praticada por conta de uma taxa. O deputado Kennedy Nunes, que também é um batalhador, e está junto conosco. E no dia 12 estaremos em Joinville para mais uma audiência pública, onde as pessoas poderão manifestar a sua indignação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra, por indicação do eminente líder, deputado padre Pedro Baldissera, a deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Sra. deputada e srs. deputados, quero fazer o registro, primeiramente, da presença do vice-prefeito da cidade de Tijucas, o sr. Roberto Carlos Vailati, que está visitando este Parlamento, dando-lhe as boas-vindas.

Também gostaria de agradecer a presença de todos os senhores e as senhoras que acompanham esta sessão ordinária aqui na Assembléia Legislativa nas nossas galerias e também através da nossa TVAL e da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"O Tribunal de Justiça deverá julgar hoje uma matéria de suma importância para o povo catarinense. Trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade - Adin - contra o Fundo Social, um projeto de autoria do Executivo aprovado durante a convocação extraordinária e transformado na Lei Ordinária n. 13.334.

Vejam, senhores, que não se trata de uma ação contrária ao investimento social, mas, sim, contrária à destinação do dinheiro, que não é utilizado para a função social a que se propôs.

O ponto central de divergência do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina é que o governo do estado, ao criar o Fundo, estabeleceu o desvio de recursos do ICMS, dinheiro esse que não ingressa no cofre do Orçamento Geral e passa a compor um montante de recursos diretamente vinculado ao fundo.

Os recursos do ICMS, que deixam de compor o Orçamento Geral do estado, não foram computados no cálculo dos investimentos mínimos na área da saúde e da educação. Aqui surge uma pergunta, srs. deputados e sra. deputada: que Fundo Social é esse que retira recursos das áreas sociais básicas?

A bancada do PT entende que esse fundo é eleitoral e não social. Vejam, senhores e senhoras, que dos 100% dos recursos investidos no ano de 2006, quase 22% foram destinados às subvenções sociais. Além disso, foram R$ 135 milhões que o governo do estado deixou de investir em saúde e educação.

Veja alguns exemplos da destinação questionável do dinheiro do Fundo Social que motivaram o pedido da CPI do fundo eleitoral do ano de 2005, deputado Silvio Dreveck, que está ocupando a cadeira de parlamentar nesta nova legislatura:

Cem mil reais foram dados em subvenção social, para a Sociedade Joinvilense de Medicina, na cidade de Joinville. Na ocasião, o presidente dessa sociedade admitiu que essa entidade emprestasse seu CNPJ para uma de suas entidades associadas e não observou como o dinheiro foi empregado. Um caso duvidoso.

As subvenções também foram para a entidade Associação dos Artesãos de Joinville, entidade fantasma criada só para esse fim. Também duvidoso.

Alguns exemplos: subvenções para a entidade, deputado Pedro Uczai, Associação Catarinense de Amparo à Família, famosa lá da região do Alto Vale do Itajaí, com sedes na cidade de Mirim Doce e Taió, de um parlamentar - inclusive a esposa fazia parte da diretoria - que andava com um caminhão pelo estado de Santa Catarina fazendo campanha - dinheiro do Fundo Social! Entidade criada para promoção pessoal de lideranças políticas, um caso escandaloso!

Não foram obras feitas pelo Fundo Social! As subvenções foram transformadas em subvenções eleitorais! "Basta ver no ano de 2006 para aonde foram as subvenções sociais! É vergonhoso o que fizeram com o dinheiro do povo catarinense!

(Continua lendo.)

"Se o governo realmente investisse em políticas sociais, a rede pública de ensino, por exemplo, não estaria sucateada, e os mil meninos e meninas - e aqui é um outro exemplo - que estudam na Escola Estadual Marcos Konder, da cidade de Ilhota, município próximo à capital catarinense..."

Olhem, observem estas imagens da escola:

(Procede-se à exibição de fotos.)

Vejam o ginásio sem telhado, as crianças brincando no pátio porque o ginásio não está coberto. Esta é a Escola Estadual Marcos Konder, na cidade de Ilhota. Notem como estão as salas de aula!

Eu tenho recebido *e-mails*, diariamente, de crianças, de pais e de professores falando do jeito que está esta escola na cidade de Ilhota.

Este ginásio de esportes está sem investimentos durante os quatro anos do governo do sr. Luiz Henrique da Silveira, e a cidade de Ilhota não recebeu subvenção social. Observem as rachaduras nas salas de aula. É por isso que essas crianças vêm denunciando o descaso que está acontecendo nas escolas estaduais.

Esta imagem mostra o ginásio de esportes. O engraçado, senhoras e senhores, é que esse ginásio de esportes começou de uma forma muito duvidosa: começaram a levantar as paredes primeiro, antes de construir a base. Eu não sei se isso é uma estufa, se estão plantando alguma coisa para comercializar - não sei se são árvores ou flores - ou se é um ginásio de esportes?!

Observem nessa foto os banheiros, os pisos, as paredes!

Então, senhoras e senhores, eu espero que, assim como a Escola Estadual Marcos Konder... E esta deputada já fez uma indicação pedindo que o secretário da Educação olhe com carinho o que está acontecendo com esta escola da cidade de Ilhota. É dessa forma que muitas escolas do estado de Santa Catarina se encontram!

Por isso eu acho que o Tribunal de Justiça deveria ver com muito carinho a sua decisão na tarde de hoje sobre o Fundo Social, que é para fazer os investimentos nas áreas sociais, nas áreas da Saúde, da Educação, na melhoria da qualidade de vida do povo catarinense, e não para ser dado para deputado fazer subvenção para ganhar eleição.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0061/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0066/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; e 0189/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Conforme prevê o Regimento Interno, posso puxar este projeto para o plenário, sr. presidente? É que o projeto foi rejeitado na comissão de Constituição e Justiça e gostaria de discutir aqui em plenário. Então, faço um requerimento pedindo que entre em discussão no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. deve apresentar um recurso e a Presidência deferirá na forma do Regimento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Farei isso porque não me conformo. Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0075/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Haroldo Prust o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Básico Rodolfo Zipperer, do município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0253/2007, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 10.829, de 1998, que declara de utilidade pública a Associação do Menor, de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

As próximas matérias vêm a plenário fruto de um entendimento com as lideranças reunidas na manhã de hoje.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0015/2007, de procedência governamental, que dispõe sobre a prorrogação de contratos por prazo determinado no âmbito da secretaria da Saúde e estabelece outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, este projeto, apesar de ter passado nas comissões, chamou a minha atenção e eu gostaria de me manifestar porque é um projeto inconstitucional.

A renovação desse contrato fere a Constituição Federal, na forma dos incisos II e IX, ambos do art. 37 da Constituição Federal. Digo isso com segurança porque se a lei vale para o prefeito, vale para o governador. Não sou contra os colaboradores nem à contratação de colaboradores, mas há de se entender que a Constituição Federal foi feita para ser cumprida e, portanto, exige-se concurso público para a contratação de pessoal. Se está-se renovando o contrato, em havendo tempo hábil por esse período que se estende, e ainda não se providenciou o concurso público, não posso concordar com a renovação desse contrato. Alerto para que todos nós tenhamos a consciência de que poderá resultar numa ação em que esse projeto não prosperará.

Portanto, srs. deputados e sras. deputadas, atenção ao ferimento constitucional! Volto a repetir: há meios e caminhos legais para se contratar numa área tão importante, como a Saúde. Nós devemos preservar as nossas Constituições, tanto estadual e, principalmente, a federal, que é a que fere.

Prova disso é que, quando prefeito, tive que assinar um ajuste de conduta, e não era nem funcionário da Saúde, e sim da Educação. Esse ajuste de conduta foi assinado e cumprido. E volto a repetir: se a lei vale para o prefeito, vale também para o governador.

Muito obrigado, srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, líder do governo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero, respeitosamente, contraditar a argumentação do deputado Silvio Dreveck, porque a mesma Constituição que de fato determina que a porta de entrada, por excelência, no serviço público, é a do concurso, ela excepciona, a teor do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

É isso que vem acontecendo já há várias gestões no estado, inclusive na gestão que foi comandada pelo partido ao qual pertence o deputado Silvio Dreveck, e essas questões estão sendo normalizadas. Nunca nenhum governo fez tantos concursos na área da Saúde, como na gestão passada do governador Luiz Henrique da Silveira. Vem sendo feita a reposição e estão sendo trocados ou substituídos os contratados pelos nomeados.

Mas essa nomeação aqui ainda se faz imprescindível para não haver solução de continuidade em área fundamental, que é a área da Saúde. E repito: a contratação está plenamente confortada pelo inciso IX do art. 37 da Constituição da República.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nós também nos manifestamos contrários à tramitação desta matéria na comissão de Finanças e Tributação hoje na parte da manhã pelo entendimento, primeiro, de que essa situação dos servidores da Saúde arrasta-se há um bom tempo; segundo, não existe decisão e vontade política de fazer o concurso público para efetivar servidores numa área tão central, tão estratégica e tão fundamental para a dignidade do povo de Santa Catarina, que é a área da Saúde; em terceiro lugar, é retroativa essa lei por descuido de responsabilidade do governo do estado.

Hoje os servidores se encontram numa situação de ilegalidade, e está-se retroagindo para tentar resolver um problema de responsabilidade. Portanto, esta Casa não pode assumir a responsabilização que é do Executivo, trazendo para si a sua responsabilidade legal e constitucional.

Assim, temos que nos manifestar contrários para não corrermos o risco de assumir junto com o próprio governo do estado a responsabilidade de cometer uma ilegalidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com os votos contrários dos deputados Kennedy Nunes, Pedro Uczai, Joares Ponticelli, Silvio Dreveck e da deputada Odete de Jesus.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0092/2007, de origem governamental, que ratifica os termos dos Contratos n.s 491 e 492, de 2003, de promessa de compra e venda de imóveis entre o Banco do Estado de Santa Catarina S.A - Besc -, Besc Financeira S.A Crédito Financiamento e Investimentos - Bescredi - e o estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, quando essa polêmica toda envolvendo o Besc chegou nesta Casa, quando o governo decidiu pela compra do Centro Administrativo, nós nos posicionamos contrariamente exatamente pela forma que o governo estava utilizando. Inclusive, propusemos uma ação popular que aguarda ainda a manifestação do Poder Judiciário Catarinense.

A nossa argumentação, à época, que foi rebatida pelos deputados do governo nesta Casa, era exatamente de que aquela transação não poderia ser efetuada sem lei específica porque se trata de operação de crédito.

E nós entendemos, como agora o próprio governo entende, que não poderia operacionalizar aquele contrato sem a devida autorização legislativa. Tanto que o governo não chegou a encaminhar o projeto para esta Casa e, depois, entendendo diferente, retirou, realizou a operação e agora reconhece que a Oposição, deputada Odete de Jesus, tinha razão. Se o governo não tivesse reconhecido que errou e que nós estávamos certos, não mandaria agora um projeto para ratificar aquele ato.

Nós, assim como nos posicionamos naquela época, posicionamo-nos agora. Fomos contra pela forma e por entender que aquilo não era prioridade para Santa Catarina. Inclusive, pelo fato do ente comercializado, do prédio, estar oferecido em garantia à prefeitura municipal de Florianópolis, deputado Pedro Uczai.

Por isso, continuamos com nossa posição contrária, mas fico muito satisfeito em ver agora o governo oficialmente reconhecendo que errou e que as oposições tinham razão.

O Sr. Deputado Marcos Viera - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, na época em que o governo do estado efetuou a compra dos imóveis pertencentes ao Besc e à Bescredi eu era secretário de estado da Administração. E ao examinarmos a proposta, chegamos à conclusão que em se tratando simplesmente de compra e venda de imóvel não haveria necessidade da autorização legislativa.

Mas passados cerca de dois anos - e como a compra foi realizada em prestações mensais que o governo paga mensalmente ao Besc, entendeu a secretaria do Tesouro Nacional que a operação não era de compra e venda de imóvel, mas sim uma operação financeira. E, portanto, é saber de todos que em toda e qualquer operação financeira que o estado faz tem que haver autorização legislativa. E é isso que o governo está fazendo, ou seja, remetendo a este Parlamento o projeto de lei para regularizar a situação com a secretaria do Tesouro Nacional que entende ser uma operação financeira, não para realizar a compra e venda tão-somente, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, apenas e tão-somente para assinalar e sublinhar as palavras do deputado Marcos Vieira no sentido de que o governo reafirma o seu entendimento de que era desnecessária a autorização legislativa para aquela operação por se tratar de uma compra e venda de imóvel.

No entanto, em face de um novo entendimento da secretaria do Tesouro Nacional que, como disse o deputado Marcos Vieira, por se tratar de um pagamento parcelado, ele considerou-a como sendo uma operação de crédito. E em se tratando de operação de crédito, aí, sim, teria que ter havido precedente autorização legislativa.

Por isso, o que se pede aqui é apenas a ratificação daquele negócio para fim de regularizar a situação face ao entendimento da secretaria do Tesouro Nacional, que diverge do entendimento do Poder Executivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com voto contrário dos deputados Kennedy Nunes, Joares Ponticelli, Silvio Dreveck e Pedro Uczai.

Está aprovada a matéria por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0103/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Tubarão (Associação Edson Filho).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0126/2007, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (R$ 3.072.963,00).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0154/2007, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Morro da Fumaça (Instalação de programas sociais do município).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0156/2007, de origem governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de Sombrio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0230/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Caçador (Regularização de ocupação de imóvel - ginásio de esportes).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. líderes, na próxima semana, que antecede o recesso, teremos muitas matérias para deliberar.

Por isso, consulto se concordam, os srs. líderes, que nós possamos votar as redações finais dos projetos votados nesta sessão.

(Pausa)

(Os srs. líderes aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, vamos assim proceder.

A Presidência, para tanto, encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h28min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 018ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h28min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Destaca comemoração dos 120 anos da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de São Bento do Sul.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Fala da importância de trazer fatos positivos para expor da tribuna.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Odenir Felizari, de Rio do Oeste.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discorre sobre a vida e a obra de Emilio Battistella.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Posiciona-se contra a convocação de policiais reformados para o serviço de segurança das ruas; manifesta-se favorável à implantação de cassinos no estado nos moldes dos existentes na Itália; exalta os 41 anos da Unidavi.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Reitera a informação de que há insegurança nas ruas de Joinville.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Convida para discussão sobre a revitalização dos portos, notadamente o porto de Imbituba.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Fala da medida provisória que regulamenta a profissão de sacoleiro.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Explica sua postura crítica às atitudes do governador quanto à Marcegaglia; reporta-se aos PLs n.s 0127 e 0229, que aumentam taxas.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Relembra histórico da Marcegaglia em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que o governador é inteligente e sabe reconhecer os erros do passado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra o crescimento da economia catarinense e a necessidade da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia para a votação da redação final dos projetos aprovados na sessão anterior.

Consulto novamente os srs. líderes se podemos fazer a votação dos projetos em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes esta Presidência vai ler apenas o número dos projetos.

No caso dos projetos que tiveram votação negativa no turno único fica mantido o voto na redação final.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0075/2007, 0253/2007, 0015/2007, 0092/2007, 0103/2007, 0126/2007, 0154/2007, 0156/2007, 0230/2007.

Não há emendas à redação final.

Se algum deputado desejar retificar o voto da votação anterior que se manifeste, caso contrário fica repetida a votação da sessão anterior em relação a estes projetos.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as redações finais com a ressalva já feita pelo deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, as Indicações n.s: 0423/2007, de autoria do deputado Reno Caramori; 0424 e 0425/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à professora Silvia Michels, do Colégio Dehon, de Tubarão, cumprimentando-a pelo relevante e inestimável serviço prestado como orientadora educacional.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e vice-prefeito de São João do Oeste, cumprimentando-os pelo recebimento do prêmio meritório de município mais alfabetizado do Brasil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Fecam - Federação Catarinense dos Municípios -, cumprimentando-a pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Faesc - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina -, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Alto Bela Vista e Paial, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Corupá, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Gilberto Fontanive, presidente do Conselho Pastoral Comunitário da Capela São Pedro, da comunidade Dona Luzia Baixo, município de Atalanta, cumprimentando-o pelo brilhante trabalho comunitário desenvolvido.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos de: Anitápolis, Xavantina, Sul Brasil, Rio Negrinho, Itajaí, José Boiteux, Santa Terezinha, Itá, São Bento do Sul, Guaraciaba e Peritiba, parabenizando-os pela classificação desses municípios no índice de Responsabilidade Fiscal e Social como entre os cem melhores do Brasil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Antônio Noveli, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Içara, cumprimentando-o pela inauguração da sede própria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao magnífico reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - Unidavi -, cumprimentando-o pelos 41 anos de fundação da instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita a apreciação pelo plenário do parecer adotado pela comissão de Constituição e Justiça pelo arquivamento do Projeto de Lei n. 0066/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Trabalho e Emprego, sugerindo a inclusão de financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, para instalação de GNV em veículos automotores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, aplaudindo os trabalhos da Comissão de Ética na apuração do envolvimento de vereadores da Casa na Operação Moeda Verde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Genésio Goulart, a ser enviada ao presidente da Brasil Telecom, solicitando a ampliação da rede telefônica fixa no município de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando esforços para agilizar as negociações entre o governo federal e os fiscais agropecuários em greve nos portos de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviada à Brasil Telecom, às operadoras de telefonia celular Vivo, Tim e Claro e à Anatel, solicitando a implantação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel em São Bento do Sul e Corupá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada ao governador do estado, ao secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, ao secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e ao presidente da SC Parcerias, reconhecendo a importância socioeconômica para Santa Catarina do projeto de criação de um pólo sucro-alcooleiro no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Clésio Salvaro, a ser enviado ao diretor presidente da Casan, solicitando informações sobre a qualificação técnica e o grau de escolaridade, bem como os *curricula vitae* de cada um dos diretores, diretores regionais, superintendente, administradores regionais, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal (titulares e suplentes).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as razões da retirada do veículo oficial disponibilizado para atuar junto aos Feitos da Fazenda Pública e à 11ª Gerência Regional da Fazenda Estadual, ambas com sede em Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao governador do estado e ao diretor-presidente da Casan, solicitando informações sobre a existência de definição da construção de uma barragem na Sanga Joana, no município de Maracajá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

Posteriormente falarão os deputados Manoel Mota, Elizeu Mattos, Jailson Lima, Serafim Venzon, Romildo Titon e o deputado Professor Grando.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Em junho último a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de São Bento do Sul celebrou condignamente os seus 120 anos de existência. Além de um culto solene de ação de graças, a data foi lembrada com alguns atos sociais e culturais, com destaque para a apresentação de corais luteranos da região, em especial o de São Bento do Sul, com uma exibição de gala, executando peças de Bach e de Schubert.

A Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de São Bento do Sul foi fundada em 12 de junho de 1887, numa assembléia em que participaram 51 pessoas. Em 1888 chegou o primeiro pároco, o pastor Wilhelm Quast, e o primeiro culto foi celebrado em 29 de julho de 1888.

De imediato a nova comunidade construiu a casa pastoral, um amplo salão que servia de escola para as crianças evangélicas, sala de aula para os confirmados e local para a realização de cultos.

O primeiro templo foi inaugurado em abril de 1891 e serviu a comunidade por cerca de 64 anos, uma vez que o novo e ainda atual templo foi inaugurado em 4 de setembro de 1955.

As comunidades de Rio Negrinho e Campo Alegre, até então vinculadas a São Bento do Sul, foram tornando-se independentes a partir de 1977. Inclusive a comunidade luterana do bairro de Oxford passou a ter vida própria no ano de 1977.

Desde os seus primórdios, a comunidade se preocupou com a formação escolar de seus filhos. Em decorrência disso, já em 9 de julho de 1893 foi inaugurada a escola alemã denominada Kolumbusschule (Escola Colombo), a qual funcionou até o início da Segunda Guerra Mundial.

Em 1936 foi inaugurado o jardim de infância e em 1978, a creche, entidades essas de iniciativa da Oase - Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas -, o braço social da comunidade.

Diante da necessidade de um local apropriado para abrigar os diferentes serviços de caráter social, os grupos de trabalho e o jardim de infância, foi construído o Centro Social Comunitário, cuja inauguração se deu em 1968.

Com a implantação do ensino de primeiro grau em 1994, as demais casas de ensino - berçário, jardim de infância, pré-escola e ensino fundamental - uniram-se para formar a escola de tempo integral, denominada Escola Evangélica Friederik Froebel, contando atualmente com cerca de 250 alunos e que se constitui num dos melhores estabelecimentos de ensino da região.

Pretendo, neste momento, prestar minha homenagem à Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de São Bento do Sul, reconhecendo seu importante trabalho nas áreas religiosa, social, cultural e educacional, trabalho este que acontece desde 1887, portanto, há 120 anos. Neste período, foram 12 os pastores que lideraram a comunidade, sendo que Elpídio Hellwig e sua esposa Marli Seibert Hellwig, ambos pastores, estão à frente da mesma. E muitos são os frutos oriundos da atuação dos evangélicos luteranos em São Bento do Sul."

Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, fiz questão de registrar e fazer uma pequena ilustração dessa comunidade que investiu na área religiosa, na área cultural e na área social, mas que acima de tudo é um bom exemplo. E o bom exemplo, deputado Manoel Mota, independentementeda crença, da atividade que exerça, é importante para os nossos filhos, para a nossa comunidade local, para o estado de Santa Catarina e para todos nós, brasileiros.

E é por conta disso que essa atividade exemplar da nossa Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de São Bento do Sul celebrou 120 anos de relevantes serviços prestados à nossa sociedade catarinense, em especial à nossa região.

Rendendo as nossas homenagens, desejamos a essa entidade religiosa de caráter cultural e social que tenha êxito por muitos e muitos anos e que continue sendo esse bom exemplo para todos nós, para as nossas famílias e para a nossa gente catarinense.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Quero parabenizá-lo pela explanação que v.exa. acabou de fazer porque entendo que política também é isso, é trazer a este Parlamento as boas ações praticadas por parte da sociedade, seja ela de que credo for, e não algumas situações colocadas no plenário anteriormente pelo seu companheiro de partido, deputado Joares Ponticelli, que quis chamar o meu governador em exercício, Leonel Pavan, de governador de plantão.

Se ele assomasse a essa tribuna para trazer tantas outras ações iguais a que v.exa. acabou de trazer agora, com certeza estaria contribuindo muito mais para o estado de Santa Catarina. Ações iguais a essa que v.exa. traz ao plenário, nesta tarde, é que realmente representam muita coisa à sociedade, ao estado e até ao país, em virtude de acontecimentos que nós vimos, lamentavelmente, na área da segurança pública, praticadas por aqueles que não procuram um templo ou qualquer coisa semelhante para se concentrar ou praticar o ato religioso.

Parabéns, deputado Silvio Dreveck!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Falando em social, quero dizer que fiquei atento quando v.exa., deputada presidente, fez o seu pronunciamento e aproveito este momento para me solidarizar com v.exa., porque esta falta de recurso na área social, na área da saúde, na área da educação faz com que todos os dias nós recebamos apelos para as nossas escolas, para as nossas universidades e para os nossos hospitais. E esse Fundo Social, na verdade, não se constitui num Fundo Social porque não há participação nas áreas sociais.

É evidente que vai faltar dinheiro. Dizem que estão investindo 25%. Mas como são retirados do Orçamento R$ 150 milhões, aproximadamente, obviamente que será destinado um percentual menor para a saúde, para a educação e para a segurança.

Atividades como estas, deputado José Natal, é que fazem a diferença. Por iniciativa da própria sociedade, por iniciativa de entidades e não só através da participação do governo, é que as coisas acontecem. Muitas vezes, onde o governo deixa a desejar, independentementede partido - mas neste caso estamos falando do atual governo -, é que entram as entidades da comunidade para dar uma grande contribuição para nós, catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Silvio Dreveck.

Esta Presidência agradece a presença, neste Parlamento, do prefeito de Rio do Oeste, sr. Odenir Felizari; do representante da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, sr. Wilson José de Souza, e dos vereadores Leopoldo Teixeira, Rudi Rodolfo Vieira e Ana Paula da Silva, do município de Bombinhas.

O Parlamento catarinense agradece a todos a presença.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito Odenir Felizari, de Rio do Oeste, que está visitando a Casa no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está registrada a presença.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, srs. deputados, hoje irei fazer uma homenagem ao grande cidadão, ao grande empresário que o Brasil e Santa Catarina perderam neste final de semana.

Antes, porém, gostaria de falar sobre as várias ações do Fundo Social que a deputada Ana Paula Lima citou em seu pronunciamento. Eu aqui quero citar a importância dessas ações, pois entendo que são importantes. Em Blumenau, deputada Ana Paula Lima, a Vila Germânica é uma grande obra feita com recursos do Fundo Social - R$ 8 milhões; como também a recuperação do Teatro Carlos Gomes - R$ 1 milhão. Na região temos a Arena Multiuso em Jaraguá do Sul, que custou mais de R$ 5 milhões, com recursos do Fundo Social; o projeto Microbacias, com toda a contrapartida do estado, sendo que R$ 17 milhões foram de recursos do Fundo Social.

Mas ocupo a tribuna no dia de hoje para falar de Emílio Battistella, que no último sábado deixou esta vida e foi para outra, num momento diferente, quando sua esposa, dona Filomena, acompanhou a sua passagem. Dentro dessa história, deputado Kennedy Nunes, nós podemos refletir sobre a espiritualidade, porque o tempo entre o falecimento de Emílio Battistella e o de dona Filomena girou em torno de 20 minutos, sem que ela soubesse que ele havia falecido. É uma coisa diferente, que nos chama a atenção pelo seu lado espiritual.

Emílio Battistella fez uma história. Há 58 anos fundava a primeira empresa do conglomerado Battistella, empresa essa que hoje possui quatro mil funcionários, deputado Jailson Lima, e exporta para 52 países.

Há 58 anos, Lages, na sua grande fase da madeira, deputado Silvio Dreveck, deu o seu primeiro passo com a vinda de Emílio Battistella, em 1949, para a serra.

Há algumas coisas muito interessantes sobre a vida de Emílio Battistella, que contribuem para Santa Catarina e para o nosso Brasil. Para se ter uma idéia, em 1958 Emílio Battistella ganhou uma licitação para fornecimento de madeiras para a construção de Brasília. A madeira seria transportada de avião dentro do processo licitatório. Naquela época não havia estrada para chegar a Brasília.

O primeiro caminhão a chegar a Brasília, saindo de Lages, foi o de Battistella, levando 62 dias. E num processo de conhecimento, talvez de pensamento em futuro e logística, ele construiu, juntamente, na época, com o II Batalhão de Engenharia do Exército, o primeiro caminho de chegada a Brasília. Após quatro meses, pois no início levava-se 62 dias, já se chegava em 15 dias a Brasília de caminhão.

Emílio Battistella contribuiu muito para a vinda da Scania ao Brasil, porque a Scania, num primeiro momento, tinha somente uma linha de montagem no Brasil e quando foi feita a proposta para ela construir seus caminhões aqui no Brasil, Emílio Battistella comprou antecipadamente os dois meses de fabricação de caminhões. Se eles produzissem, por exemplo, dez caminhões por mês no Brasil, ele compraria, num primeiro momento, 20 caminhões; portanto, os primeiros meses de produção da Scania no Brasil foram comprados por Emílio Battistella. Tanto que Emílio e seu conglomerado ficaram bons anos com mais de 60% de representação da revenda da Scania no Brasil. E hoje ainda possuem em torno de 30% de toda a revenda da Scania no Brasil.

São dados importantes para nós, para o nosso conhecimento, ou seja, que um catarinense que nem é catarinense, é gaúcho, mas que se considerava catarinense, foi o primeiro a chegar de caminhão à nova capital federal.

O grupo Battistella se formou a partir de Lages. Para se ter uma idéia da visão desse empresário, quando ele viu que as ferrovias não funcionavam e que precisava levar madeira para o Rio de Janeiro, para a construção civil de andaimes, ele, numa sociedade, adquiriu uma companhia de navegação que levava a madeira com dificuldade para o Rio de Janeiro através do porto de Itajaí e toda segunda-feira, no Rio de Janeiro, desembarcava uma carga de madeira via navio.

Essa visão de futuro dos portos fez com que ele, 15 anos atrás, chamasse os seus filhos e a direção da empresa para dizer que o caminho seria um porto, um grande porto de exportação. Era um sonho seu ver um porto do conglomerado Battistella funcionando. Ele não conseguiu ver, mas conseguiu ver o início das obras do porto de Itapoá que está em construção.

Temos relatos de que quando o governador Luiz Henrique falou que precisava de mais portos para a Santa Catarina - eram só quatro portos -, ele viu no governador um parceiro. E a partir do ano que vem Santa Catarina vai começar a ter o maior porto do sul do Brasil e o maior porto do Atlântico Sul em calado, que será o porto de Itapoá, que na sua conclusão terá cinco berços para navios de 330 metros de comprimentos. Vai ser o grande porto do país. E através desses investimentos, da melhoria dos portos, Santa Catarina será o grande centro de portos de navegação do Mercosul. Visão de futuro de Emílio Battistella.

Em 1962 Emílio Battistella foi o primeiro reflorestador deste estado, tanto que hoje o conglomerado Battistella, deputado Kennedy Nunes, possui 45 mil hectares de floresta. Por essa visão de floresta com preservação - e quem é da região conhece bem as cachoeiras de Corupá -, Emílio Battistella recebeu da Itália a maior comenda do cinqüentenário da Itália, em 1998, em reconhecimento pela sua atuação destacada como o italiano mais atuante no desenvolvimento ambiental no exterior.

Hoje 1/3 da economia catarinense é baseada na cadeia florestal; 50% de todos os contêineres que são exportados por Santa Catarina são da área de produtos florestais. Emílio Battistella, por seu conglomerado, com a sua força, com a sua visão estratégica, sem medo, foi um vencedor. E hoje é a sua família que toca esse conglomerado tão grande, reconhecido em todo o Brasil.

Por iniciativa nossa, e ninguém aqui pode adivinhar, na próxima segunda-feira estaremos aqui entregando as medalhas de mérito a pessoas que se destacaram. Nessa cerimônia estará aqui, deputado Kennedy Nunes, o dr. Hildo José Battistella, que é um dos diretores do grupo, recebendo a medalha, que acho que iremos repartir com o seu pai e sua mãe, que já nos deixaram. A medalha Carl Franz Albert Hoepcke, medalha muito merecida, será entregue, em nome do nosso Parlamento, para Hildo José Battistella e todo o conglomerado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Elizeu Mattos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Hoje, primeiramente, eu quero fazer um registro. Quando esta Casa votou, deputado Silvio Dreveck, para que os policiais que se aposentassem ou fossem para a reserva pudessem voltar à ativa num chamamento do estado, eu votei contra e ainda justifiquei o meu voto, dizendo que o estado deveria abrir oportunidades para novos profissionais, novos policiais e estou convencido que tinha razão, porque hoje, na coluna do Cacau Menezes, ele fala que são chamados os quatro primeiros policiais que foram para reserva e que os mesmos receberão um adicional de salário, se não me engano, de 30%.

Se formos imaginar que se esses quatro policiais que foram para a reserva depois de toda a sua experiência de vida, de conhecimento técnico na área de segurança estivessem atuando dessa forma em veículos que propiciassem a segurança no estado, em regiões, como foi citado esta semana aqui a questão de Joinville, deputado Kennedy Nunes, mas os quatro seguranças foram chamados, segundo a coluna do Cacau Menezes, para fazer a segurança da casa do governador em Joinville. A menos que Joinville seja uma cidade que esteja ultrapassando os limiares da violência urbana.

Mas digo isso porque tenho convicção de que o plenário equivocou-se ao abrir essa prerrogativa, pois novos policiais poderiam estar sendo chamados para fazer o policiamento de rua, de planejamento estratégico de defesa do estado e da segurança pública do cidadão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Jailson Lima, na minha opinião, o governador está fazendo aquilo que todo munícipe de Joinville gostaria de fazer, que é garantir a sua segurança. É claro que se trata do governador do estado e precisa de todo um aparato. Mas o governador chamar quatro policiais para fazer a segurança da sua casa, comprova que é verdade o que falei na sessão de ontem: que Joinville está vivendo momentos de polvorosa por falta de segurança. E o governador, tomando essa atitude, está dizendo que é verdade.

Então, faço das suas palavras as minhas. E gosto muito que alguém da cidade de Rio do Sul faça isso, porque senão a bancada de Situação vai dizer que sou eu que estou falando mal de Joinville quando cobro. Assim, parabenizo-o por trazer essa informação, até para o público de Joinville verificar que nós estamos sem segurança e que o governador chama policiais aposentados para fazer a segurança da sua casa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Não quero dizer que não deva ter segurança a casa do maior mandatário do estado, assim como acho que a do vice-governador também deva ter, porém há outras formas e profissionais que possam fazer isso.

Ao mesmo tempo, aqui, pela primeira vez, v.exas. vão ver-me fazer defesa de cassino. E vejam que já bati nessa tecla, deputado Sargento Amauri Soares. Nos jornais de hoje, o deputado José Natal, que é um defensor incontestável, já se pronunciou nesse aspecto. Vi, inclusive, o nosso prefeito de Itajaí defendendo os cassinos, porque visitaram cassinos na Itália, em Veneza.

Acho que tenho que fazer uma autocrítica, porque os cassinos que eles visitaram têm 629 funcionários e metade do que arrecadam vai para o estado e para o município, a fim de ser aplicado em benfeitorias, deputado Kennedy Nunes.

Então, quero defender aqui veementemente o cassino, mas daquela forma que há lá! São quatro cassinos administrados pelo estado, que estabelece as regras e as máquinas daqueles cassinos não são as mesmas feitas em Joinville, como estava na imprensa ontem, que são máquinas programadas. Noventa por cento delas são programadas, diziam os jornais, e eram de um deputado do Paraná.

Naqueles cassinos há lógica! Mais da metade dos recursos vai para a premiação, e são vigilantemente acompanhados pelo estado, porque ele os administra. Então, cassinos desse jeito também defendo como fator de geração de emprego, porque há controle na distribuição. O estado fomenta e acompanha aqueles que os utilizam, porque lá não é o trabalhador assalariado que sai da fábrica, vai jogar na maquininha e deixa lá todo o seu salário, como acontece no Brasil. No Brasil vemos a máfia da corrupção envolvida, através também do narcotráfico, com esse tipo de atividade ilícita.

Faço este registro e concordo com o meu prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni. Se forem as mesmas regras, as mesmas condições, não há problema. Também estou convencido de que pode ser um fator de geração de emprego e renda, desde que a condição do jogador seja igualitária e que a máquina não seja programada para liberar só 10% do que se aposta, como é neste país, infelizmente.

Por isso concordo com a posição do nosso presidente da República, o presidente Lula, que afirma que ou o Congresso diz "sim" ou "não" para isso. Agora, tem que assumir: se for "sim", de que forma esse "sim" há de ser?

Ao mesmo tempo, quero aproveitar para parabenizar a Unidavi, a Universidade do Alto Vale do Itajaí, que nesta sexta-feira está completando seus 41 anos de existência, fomentando tecnologia e formando profissionais empreendedores. Estaremos lá nesse dia acompanhando as festividades e a homenagem a essa universidade pelo papel que tem cumprido no desenvolvimento da região do Alto Vale.

Muito obrigado, sra. presidente pelo espaço.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Romildo Titon, com a palavra o deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - A nossa saudação, sra. presidente, a todos os deputados. O assunto que trago hoje é muito importante para Santa Catarina. Trata-se da questão portuária e especificamente do porto de Imbituba.

No mundo globalizado, os portos passaram a ter uma importância muito grande. Primeiro, o sistema de transporte da matéria-prima é feito em grandes navios e utiliza-se o contêiner. Portanto, um porto, além do seu berço, tem a importância da retroárea, onde se possa, o mais rapidamente possível, descarregar e carregar. Porque no mundo moderno os navios não podem mais ficar esperando oito, dez, cinco dias lá fora, no mar, para poder realizar a sua operação.

Portanto, o porto de Imbituba vai ter a sua concessão, que está nas mãos da iniciativa privada, vencida. É uma concessão pública dada a uma empresa por 99 anos, que irá vencer no ano de 2012, daqui a cinco anos; então, nada mais justo que se comece a discutir. Ora, se nós sabemos que navios de grande porte, que exigem calados acima de dez metros, entre 11, 12, 14 metros, para transportar os produtos com maior tempo e rapidez, esse porto de Imbituba é o melhor que Santa Catarina possui de forma natural.

Nós temos o porto de São Francisco, mas sabemos das dificuldades em função da retroárea; agora detonaram uma rocha lá existente, permitindo que navios possam realizar a sua operação com maior tranqüilidade. O porto de Itajaí, quem passa por lá sabe, de câmaras e contêineres frigoríficos é o maior do Brasil e cresce cada vez mais. São tantos que dá a impressão de que aquela cidade está entre contêineres. Mas como há dificuldade de operar no rio Itajaí, tem que haver muitos cuidados, tem que dragar, entrar na barra. Está também sendo construído e terminado o Portonave, um porto em frente ao tradicional porto de Itajaí.

Este porto de Imbituba representa o poder e a força da região sul, não somente de Santa Catarina, mas de todo o Rio Grande do Sul e, por que não, do Mercosul. Ora, o que aconteceu com o porto de Itajaí foi uma parceria entre a iniciativa privada, o município e o governo federal.

Então, nesta sexta-feira, eu faço um convite especial - porque pediram que assim o fizesse - a todos os deputados da região sul que puderem ir; aquele que não puder ir, pelo menos mande um representante, para ouvirmos as primeiras discussões que se irão travar na Câmara de Vereadores. Até porque, como conseqüência, mais tarde teremos que discutir isso no plenário desta Casa e já saberemos quais serão as lideranças e quais as suas propostas em termos de viabilidade.

Nós não estamos aqui tecendo críticas à administração do porto de Imbituba, mas aquele porto, pelo seu posicionamento estratégico, pela geração de riquezas, poderia estar melhor aparelhado, operando com mais gente trabalhando.

O atendimento de que tanto precisamos no mundo globalizado, todos sabem, são auto-estradas, são aeroportos e portos. Como os navios cada vez mais aumentam de tamanho, os portos precisam adaptar-se porque tem a sua relevância e importância.

Portanto, nesta sexta-feira, estaremos em Imbituba, a partir das 15h, todos os deputados, principalmente os da região sul, na Câmara Municipal de Imbituba.

Esse porto, além da questão estratégica ser natural, de ter já os seus 11 metros de calado de profundidade, de ter os seus berços, ter o seu enroncamento, para nele adentrar o navio não encontra dificuldades na barra, como acontece em Itajaí ou em São Francisco do Sul. Além disso, também há um ramal ferroviário, que trazia antigamente, da região sul para Companhia de Siderúrgica Nacional, o carvão. Hoje, poder-se-ia fazer como na Europa, se existe a estrada de ferro e se lá nós temos a indústria cerâmica, bastaria fazer um ramal de estrada de ferro e com esse ramal o trem levaria a matéria-prima, a cerâmica, para concorrer em preço a nível mundial, porque a qualidade da nossa cerâmica concorre com a italiana e com a chinesa. Com a cerâmica levada no trem, em grande quantidade, e embarcada em navios em Imbituba, ficaria muito mais barata do que se fosse transportada por caminhões; inclusive, às vezes é levada até Itajaí ou até São Francisco, o que encarece muito o produto.

Além disso, também tantos outros produtos da região sul poderiam utilizar esse entroncamento da rede ferroviária. Logo, é mais do que um porto! Mais do que a questão do porto, do entroncamento ferroviário, temos o quê? A questão da água e a quantidade de água a ser captada. Temos lagoas, temos energia elétrica suficiente, porque em Imbituba operava a ICC - Indústria Carboquímica Catarinense. Então, seria um grande potencial a ser consumido tanto na parte de energia elétrica quanto na parte da água, quanto na parte de infra-estrutura rodoviária até chegar ao porto. Além disso, como já disse, é o porto que mais possui retroárea para realizar carga e descarga dos navios modernos.

A prefeitura de Imbituba recebeu em doação da ICC, no local onde funcionava a fábrica, uma área, podendo tornar-se parceira. Então, nesse conjunto, todos contribuiriam e teríamos um estado atendendo as demandas da região sul com desenvolvimento e com equilíbrio.

Portanto, queremos confirmar a nossa presença e convidar todos para lá estarmos discutindo o futuro de Santa Catarina. Isso muito nos agrada, e é o nosso papel.

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado Professor Grando.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e senhores aqui presentes, a minha saudação.

Ouvinte atento de diversos pronunciamentos, submeto a minha mente a profundas reflexões. Ouvi dos nobres colegas deputados reclamações diversas e realizadas das mais diversas formas, no que diz respeito à segurança, à educação, à falta de estrutura estadual, à viagem do governador, enfim, todos discursos políticos, como sempre, até porque esta é uma casa política, e cada qual defendendo o seu ponto de vista e o seu entendimento.

Mas fiquei atento, principalmente, ao pronunciamento dos representantes da Oposição, dos representantes do governo federal, que falaram com veemência, com eloqüência e com uma certeza tão grande de que o modelo de gestão aplicado por eles, seja nos municípios em que administram, seja no país como um todo, é o ideal, o mais acertado, srs. deputados. No entanto, quando observo a crítica à segurança e busco fatos atuais para poder entender o porquê desses posicionamentos, fico pensando que, quando pedem segurança e criticam o governo do estado, eles se esquecem da responsabilidade como responsáveis pela administração, pelo comando político-administrativo do Brasil, um belo país, e falham na realização de políticas públicas.

Tenho estado muito entristecido quando observo, agora, o cumprimento legal do Ministério Público, de suas funções de ofício, na atuação em cima dos cidadãos, das pessoas que possuem como meio de vida, que retiram o seu sustento, que sobrevivem dignamente da profissão, se assim posso falar, de camelô.

Tem sido deflagrada no país uma ação conjunta, uma força tarefa, que parece que agora é que se percebeu que essa atividade existe, tirando o direito de sustento de diversas famílias, de diversas pessoas que estão trabalhando e que não estão roubando, que não estão ameaçando a segurança de ninguém, mas que de uma ora para outra agora estão sendo taxadas como criminosas.

E digo a v.exas. que não estou defendendo pirataria, não estou defendendo o contrabando e muito menos o descaminho. Mas quero dizer que esse é um fato real e cultural que existe em nosso país, sabido por todos, por nós, deputados, por vereadores, prefeitos, governadores, senadores, policiais estaduais e federais, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

E agora essas pessoas que sobrevivem, que retiram de lá o seu sustento, que estão, entre aspas, "legalmente constituídas", porque em muitos municípios existiu a permissão municipal, existiu um incentivo, com a participação do município, para que eles pudessem estabelecer-se, construíram as estruturas dos camelódromos... O governo federal tem a fronteira com o Paraguai e a responsabilidade de fazer a fiscalização, sabe que muitos passam sem ser fiscalizados, sabe que eles vendem, é clientes deles, mas agora os taxa como criminosos. Viraram criminosos jovens, homens, mulheres, pessoas que trabalham pelo nosso país! Num país em que o emprego informal, se formos analisar, supera ou até disputa com o formal; num país em que as oportunidades são poucas; num país em que temos problemas de acesso à educação para que as pessoas se qualifiquem e tenham a condição de defender, com o diploma nas mãos, as suas profissões.

O que nós estamos fazendo? Qual será o comportamento adequado neste momento? Ninguém quer falar. Filho feio não tem pai. Todo mundo aqui só quer falar do que é bom, do que pode dar mérito, do que pode dar ponto. Filhinho de olho azul, galeguinho, tem pai. Do filhinho feio, com algum defeitinho, ninguém é pai. E os nossos filhos feios, mas dignos, honestos e trabalhadores, deputado Professor Grando, precisam agora de um amparo, de uma mão amiga, de atenção, e não podem ser taxados como bandidos, criminosos, porque não estão colocando facas ou armas de qualquer espécie na cabeça de ninguém, não estão roubando para sobreviver. Estão, sim, como muitos comerciantes, talvez não contribuindo com o fisco como deveriam, mas não estão vendendo drogas, não estão fazendo um ato que venha a ser danoso ou um complicador no contexto da sociedade como um todo.

Existe a necessidade de o administrador público administrar para as classes "a", "b", "c", "d" e "e". Ele não pode administrar só para a classe "a" e também não pode administrar só para a "e". O administrador não pode ter uma política pensando apenas na classe "e"; ele tem que ter políticas públicas que tragam o equilíbrio social, e isso nós temos que realizar.

Primeiro agem, fecham os camelódromos, prendem os camelôs, invadem e confiscam suas mercadorias - e se assim o fazem é porque têm o direito legal de fazer -, deixam as pessoas desassistidas, não fazem um termo de ajustamento de conduta, não procuram acerto. Apenas penalizam, é claro que com algumas exceções, pois pode acontecer que em alguns municípios possa ter acontecido, mas na grande maioria não tem acontecido. Não disciplinam, não parceirizam, não orientam e, depois de confiscar, penalizar, contrariar, incriminar, o governo federal apresenta uma medida querendo regulamentar a profissão de sacoleiro. O presidente viajou ao Paraguai e deu os primeiros passos para, através de uma medida provisória, regulamentar a profissão de sacoleiro, no último dia 29. Isso depois, talvez, de ter inviabilizado a situação econômica de diversas famílias, deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Peço desculpas, mas meu tempo está-se esgotando.

Então, faço este pronunciamento hoje para me solidarizar com esses trabalhadores. Eu, comerciante de 20 anos da avenida do Estado, praticamente, constituído legalmente, que nunca comprei mercadorias sem nota fiscal, quero solidarizar-me pela necessidade de agora estendermos as nossas mãos a essas famílias, a essas pessoas que estão sendo discriminadas e criminalizadas pelo poder constituído como um todo, de uma hora para outra.

Então, precisamos agir e peço aos srs. deputados que assim entenderem que se solidarizem com essa causa em amparo aos trabalhadores dos camelódromos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer a v.exa., nobre deputado Edson Piriquito, que tem um companheiro nessa luta. Todas as palavras que v.exa. disse aqui tem o integral apoio deste deputado. E o que mais me traz preocupação é que, como v.exa. disse, os próprios camelódromos foram construídos pelo poder público. Então, v.exa. tem toda razão e eu concordo com as suas palavras.

É uma pena que o deputado Manoel Mota não esteja mais aqui, fugiu do plenário de novo, mas ele deve estar no seu gabinete ouvindo-me. O deputado Manoel Mota veio aqui e disse que, por eu ser uma pessoa inteligente, por eu ser uma pessoa de comunicação, não entendeu a minha atitude quando, neste plenário, de forma eloqüente, incisiva e até dura, dei aquele meu posicionamento acerca do governador Luiz Henrique, na sessão de hoje.

Eu, sinceramente, não sei e queria perguntar para ele, que deve estar no seu gabinete ouvindo, deputado Reno Caramori, qual seria a forma de mostrar uma indignação quando um governante vai à Justiça contra a implantação de uma empresa numa cidade aqui, insinua que os donos seriam de um caminho ilegal da Itália, e depois de algum tempo vai lá nesse mesmo cidadão, deputado Professor Grando, e dá uma medalha como governador.

Eu não sei, mas, para mim, isso é cara-de-pau, deputado Reno Caramori. Eu não estou aqui faltando com o respeito, estou tentando saber.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Kennedy Nunes, realmente causa-nos até espanto para alguém que tem consciência. Como recordar é viver, eu vou recordar aqui algumas coisas. Quando o governador Paulo Afonso exercia as suas funções de mandatário, veio um emissário da Itália, da empresa do sr. Steno Marcegaglia, para um contato com o governador a fim de instalar uma unidade fabril em Santa Catarina. Passou dois dias num chá de cadeira, não foi atendido e voltou para a Itália. A imprensa informou alguma coisa a respeito.

Assim que o governador Esperidião Amin assumiu o governo, manteve contato com a empresa e propôs à Assembléia Legislativa que fosse à Itália para avalizar as ações do governo dentro das formalidades legais para que se abrissem as negociações da empresa Marcegaglia com Santa Catarina, para aqui instalarem a sua fábrica. E assim a Assembléia fez. O deputado Pedro Bittencourt era o presidente da Casa e, juntamente com outros tantos deputados, foi à Itália, à matriz da Marcegaglia. O sr. Steno Marcegaglia acompanhou-nos numa visitação a toda a fábrica, levamos quase quatro horas para visitá-la aceleradamente num processo moderníssimo, e ele contou a sua história, que começara com uma pequena moto e hoje era dono de um potencial pela sua tenacidade, força de vontade, inteligência e honestidade.

Enquanto nós estávamos lá propondo ao sr. Steno Marcegaglia que voltassem às negociações, naquele mesmo dia embarcou um emissário para Santa Catarina. Quando nós chegamos na hora marcada para a visitação, ele pediu uma ligação para o seu emissário que estava no gabinete do governador Esperidião Amin tratando da instalação da fábrica e do que o estado podia oferecer.

Então, estamos dizendo isso apenas para que possamos recordar. E aí está instalada a fábrica. Nós estivemos lá na sua inauguração, acompanhamos todas as tratativas. E agora quase será duplicado ou triplicado o tamanho da fábrica.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - E o governo atual, deputado Reno Caramori, quando iniciou, entrou com uma ação contra o ex-governador e o ex-secretário, contra essa manifestação que o governo do estado trouxe. Este mesmo governador que entrou com uma ação contra os benefícios do estado para que a empresa se instalasse em Garuva, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - baixo de Garuva, agora vai à Marcegaglia entregar uma medalha para o dono.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, quando o deputado Joares Ponticelli fez hoje o registro, eu pensei: "Ele deve ter ido lá pedir desculpas para o sr. Marcegaglia pelo equívoco que cometeu quando criticou a instalação dessa fábrica".

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Ratificando o que acabou de finalizar o deputado Reno Caramori, o governador do estado, por ser um homem inteligente, com certeza, deve ter reconhecido o erro do passado e foi lá. E é natural, em quem é político, realmente reconhecer o seu erro.

Eu levo nessa linha, e com certeza ele fez acertadamente, já que o deputado Reno Caramori acaba de informar neste plenário que a empresa ainda vai ampliar o seu pátio fabril em Santa Catarina. Se vai fazê-lo é porque está sendo bem recepcionada também pelo atual governo.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu espero que seja para um pedido de desculpas. Mas essa programação do aumento da empresa já estava prevista, deputado José Natal.

Como sentinelas, nós, deputados de Oposição do povo catarinense, estamos chamando a atenção de todos os catarinenses e de todas as catarinenses que nos acompanham pela TV e pelo rádio, pois vão aportar nesta Casa, na semana que vem, na quarta-feira mais precisamente, dois projetos de lei encaminhados pelo Executivo estadual aumentando as taxas cobradas pela secretaria da Segurança Pública. Trata-se do Projeto de Lei n. 0229, que altera os dispositivos da lei atual, e o Projeto de Lei n. 0127, que é o irmão mais velho desse aqui.

Quero que fique claro que nós, no final da tarde, estamos alertando os catarinenses. E eu estou pedindo que os eleitores das suas regiões aproveitem este final de semana e esta semana ainda que restam para falar com os deputados da sua região que fazem parte da base de governo, pedindo que eles não aprovem esses projetos porque vão onerar ainda mais os catarinenses.

Sra. presidente, eu vou citar somente um item, que é o Certificado de Registro de Veículo - CRV -segunda via. Hoje são cobrados R$ 53,00. Se o projeto for aprovado por esta Casa, deputados Silvio Dreveck, Reno Caramori, Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon, Edson Piriquito, José Natal e deputada Ana Paula Lima, que ainda se encontram aqui, de R$ 53,00, a segunda via dos nossos veículos - quando precisarmos do certificado -, vai passar para R$ 92,00, só um item. E diga-se de passagem que pouco tempo atrás o governo aumentou todas as taxas. Aquilo que, por exemplo, não era cobrado, como a primeira via da Carteira de Identidade, passou a ser cobrado. E agora o governo encaminhará, na quarta-feira que vem, um projeto de lei que a nossa bancada já discutiu. E por entendermos que o povo não pode mais pagar taxas e mais taxas, nessa agonia do governo de receber dinheiro do povo, nós vamos votar contra esses dois projetos de lei.

Passar de R$ 53,00 para R$ 92,00 um simples documento, a segunda via de certificado de veículo, é uma aberração!

Eu peço a todos que aproveitam esses dias, até quarta-feira que vem, para falar com os srs. deputados da Situação para que não aprovem esses projetos porque o povo não agüenta mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Valmir Comin, com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero destacar aqui que tenho percebido, pelo menos nas cidades onde tenho caminhado, como Brusque, Itajaí, Porto Belo, Itapema, Camboriú, Balneário Camboriú e nos arredores da foz do rio Itajaí e do rio Tijucas, por parte não só dos empresários, mas de toda a comunidade, um grande entusiasmo pelo crescimento da economia catarinense. E esse crescimento naturalmente é o que tem financiado e o que usaremos para financiar os serviços sociais importantes para toda a comunidade.

Srs. deputados, como v.exas. sabem, a partir do final deste ano todas as TVs brasileiras vão passar a emitir o sinal da imagem digital e também vão permanecer com o sinal analógico, esse sinal que nós recebemos agora, ficando para a grande população a opção de poder instalar no seu televisor comum um equipamento que vai receber esse sinal digital e vai ter uma imagem mais nítida, mais real, do que a do atual televisor.

Sra. presidente, existe uma empresa britânica, a Skardin, que produz os receptores de sinal digital para a televisão comum. Essa empresa, que tem duas fábricas na China e um escritório em Taiwan, emprega em cada uma aproximadamente 500 funcionários e a intenção dela é vir para o Brasil.

Eu já comentei que aqui no Brasil nós temos um sistema tributário que de certa maneira nos prejudica, porque quando nós tributamos de formas diferentes, em estados diferentes e isso acaba causando uma migração dos investimentos. Essa migração faz com que aconteça também uma migração social, uma migração da população. E essa população que migrou, quando chega lá vai encontrar a fábrica, mas não vai encontrar o esgoto, a escola, a universidade, a urbanização, enfim, a migração é sempre prejudicial.

Por isso, a questão da reforma tributária é cada vez mais importante, justamente para igualar pelo menos toda a tributação nacional e com isso extinguir essa grande guerra fiscal que existe entre os estados.

Imaginem v.exas. uma empresa que queira vir de fora para o Brasil, em qualquer estado que escolher terá que pensar na mão-de-obra, em como vai distribuir a sua produção e entre tantas outras coisas vai pensar em como pagar os tributos.

No Brasil, como temos uma área de zona franca, que é praticamente livre de todos os impostos de importação, como é Manaus, ela acaba naturalmente levando qualquer empreendimento que venha para o Brasil.

A empresa Skardin há um mês esteve em audiência com o governador, com o vice-governador, com o pessoal do BRDE, com as secretarias da Fazenda, do Desenvolvimento Econômico e com alguns prefeitos. Esses prefeitos se colocaram à disposição para receber e oferecer algumas vantagens em seus municípios para atrair investimentos.

Quero destacar aqui como seria importante pressionarmos o Congresso Nacional, no sentido de fazer a reforma tributária o mais urgentemente possível. Lamentavelmente, quando se fala em reforma tributária, temos que abordar outros assuntos, como o da reforma política, porque o problema do Brasil é político, e como o da reforma trabalhista, para disfarçar a principal reforma.

Na semana passada tivemos as discussões no Congresso Nacional a respeito deste assunto. A reforma política não vai mudar o feijão com arroz, o dia-a-dia da casa dos brasileiros. O que vai mudar serão as reformas trabalhista e tributária. Destaco aqui que a reforma tributária é muito mais importante, porque quando se fala em reforma trabalhista, logo se pensa numa garfada que se vai dar em direito trabalhista e isto todos nós somos contrários, ou seja, tirar direitos.

Agora, com a reforma tributária nós vamos equalizar o país, movimentar a economia, acabar com essa guerra tributária, acabar com essa história de dizer que há uma empresa aqui em Santa Catarina, que tem uma filial no Ceará e dizer que daqui vai para lá e de lá vem para cá. Na verdade, só vai a nota e agora pela internet não vai nem a nota, só vai uma falsificação para tentar burlar o sistema. Sobrevive mais facilmente aquele que for mais ágil, aquele que tiver mais capacidade de burlar o sistema tributário que é complexo, duro e difícil de suplantar. No meu entender, essa, sim, é a principal reforma.

Um segundo aspecto importante é que nós cada vez mais precisamos aprender a fazer. Cada vez mais as crianças aprendem na escola, com o computador e muitas vezes apesar de este ser um grande instrumento que nos pluga com o mundo inteiro; apesar de ser um instrumento através do qual podemos ter acesso a milhares de informações, ele acaba atrapalhando o raciocínio das pessoas. Ou seja, a criança se apega demais em copiar aquilo que já está feito em algum lugar e trazer para uma página que vai apresentar como trabalho, mas nem sempre significa que aprendeu sobre aquilo. Mas quando enfrenta o dia-a-dia, quando vai para a rua para buscar o dinheiro, para comprar o pão e o leite, ele tem que saber fazer. Ele precisa fazer.

Cada vez mais a qualificação profissional está sendo exigida nas fábricas. Para quem for trabalhar existe um conjunto de equipamentos que para ser utilizados para a produção, é necessário estar qualificado. Aí é que vem a grande ação do governo, que é qualificar as pessoas para o trabalho.

Conheço uma empresa que está chegando a Itajaí, a Colcci, que está fazendo um grande galpão e diz que vai contratar 3.500 costureiras. O Senai diz que não tem como preparar, pois demora muito preparar 3.500 costureiras. E não é só essa fábrica que está chegando a Itajaí, mas centenas e milhares de fábricas estão chegando a Itajaí. E isso exige que haja um empenho justamente do Senai, do Senac e das escolas que estão hoje qualificadas para fazer o preparo profissional. O governo diz que tem dinheiro para investir em qualificação profissional, mas precisamos também fazer esse dinheiro chegar…

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 142, de 05/07/2007

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R$4.384.000,00 (quatro milhões e trezentos e oitenta e quatro mil reais), nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

0100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
0101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	008788		
Elemento	339039	R$	1.400.000,00
Elemento	339046	R$	1.000.000,00
Elemento	339093	R$	275.000,00
Sub-total		R$	2.675.000,00
Atividade	008781		
Elemento	339039	R$	42.000,00
Elemento	449052	R$	30.000,00
Sub-total		R$	72.000,00
Atividade	000697		
Elemento	339039	R$	1.002.000,00
Sub-total		R$	1.002.000,00
Atividade	005147		
Elemento	339039	R$	35.000,00
Sub-total		R$	35.000,00
Atividade	008789		
Elemento	319094	R$	600.000,00
Sub-total		R$	600.000,00
Total		**R$**	**4.384.000,00**

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

0100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
0101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	008788		
Elemento	339030	R$	1.015.000,00
Elemento	339033	R$	500.000,00
Elemento	339036	R$	150.000,00
Elemento	335041	R$	10.000,00
Elemento	449052	R$	1.000.000,00
Sub-total		R$	2.675.000,00
Atividade	008781		
Elemento	339030	R$	20.000,00
Elemento	339031	R$	10.000,00
Elemento	339036	R$	42.000,00
Sub-total		R$	72.000,00
Atividade	000697		
Elemento	339035	R$	1.000.000,00
Elemento	339092	R$	2.000,00
Sub-total		R$	1.002.000,00
Atividade	005147		
Elemento	339092	R$	35.000,00
Sub-total		R$	35.000,00
Atividade	008789		
Elemento	339094	R$	600.000,00
Sub-total		R$	600.000,00
Total		**R$**	**4.384.000,00**

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 143, de 05/07/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **MARIA SALETE WILLEMANN**, matrícula nº 1145, para exercer, em substituição, o cargo de Secretário Geral, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ANGELA APARECIDA BEZ, a partir de 02/07/07 (Gabinete da Presidência).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 144, de 05/07/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *tendo em vista a Portaria nº 1634, de 03/07/2007,*

FAZER CESSAR a vigência do Ato de Mesa n.º 1027, de 30/05/2003, que concedeu ADICIONAL DE INSALUBRIDADE à servidora **ELIANA DE FREITAS RIBEIRO**, matrícula nº 1491, a partir de 03 de julho de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 145, de 05/07/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0936/2007,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **MARÍLIA MAES SEMPRE BOM**, matrícula n.º 1813, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos na forma da lei.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

EXTRATOS

Extrato Nº 057/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 037/2007, celebrado em 02/07/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: COMP4 INFORMATICA LTDA.
OBJETO: Aquisição de peças de reposição e atualização dos equipamentos de informática, de acordo com as especificações constantes no contrato e propostas pela contratada.
VALOR GLOBAL: R$ 9.120,00 (nove mil cento e vinte reais).
REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irreajustáveis, exceto por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93 e com base no limite do IGPM/FGV, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.
ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 8784 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática) e dos itens orçamentários 33.90.30.17 (Material de Processamento de Dados) e 44.90.52.35 (Equipamentos de Processamento de Dados), todos do Orçamento da ALESC.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, e suas alterações; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 017/2007; Autorização para Processos Licitatórios n.ºs 0485/2007 e 0598/2007 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 02 de julho de 2007.
Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC
Ricardo Alfredo Holtz - Sócio-Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 058/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 034/2007, de 20/06/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: DJR CONSTRUTORA INCORPORADORA E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: execução de serviços de reambientação na Consultoria Legislativa e da Comissão de Obras prédio do Palácio Barriga-Verde da ALESC, com o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra qualificada, e com as condições proposta pela CONTRATADA.
VALOR GLOBAL: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irreajustáveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
AÇÃO/ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da AÇÃO 5150 (Recuperação e ampliação do Palácio Barriga-Verde) e do item orçamentário 44905107 (Reforma), do Orçamento da ALESC.
PRAZO: Prazo para fornecimento e execução do objeto é de até 35 (trinta e cinco) dias contados da emissão da Ordem de Serviço.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 015/2007; Autorização para Processo Licitatório n.º 0567 e 0606/2007, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
Florianópolis, 20 de junho de 2007.
Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
Deusdith de Souza Junior - DJR Construtora

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 089/07

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE INDAIAL

Indaial, 25 de junho de 2007.

Ilmo. Sr.
Luis Carlos Ávila
Secretário Geral

Conforme solicitação, estamos encaminhando o Relatório Circunstanciado das Atividades desenvolvidas no decorrer do Exercício de 2006, pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE INDAIAL - SC, a declaração da Entidade, bem como a cópia do Balancete Contábil, referente também ao exercício de 2006.

Atenciosamente,

Jurandi Mansani de Freitas
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 090/07

VOLAMOR - Voluntários Lagunenses do Amor
Laguna, 02 de julho de 2007.
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis - SC

Prezados Senhores,

O VOLAMOR - Voluntários Lagunenses do Amor, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.495.517/0001-12, é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter beneficente e assistencial, que direciona suas ações para a valorização da vida humana, atuando nos diversos segmentos do **Hospital de Caridade Bom Jesus dos Passos** e da comunidade lagunense para o cumprimento dessa finalidade.

Vimos por meio desta apresentar o relatório de atividades desenvolvidas durante o ano de 2007.

Atenciosamente,

Anabel da Silva Teixeira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/07

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1677, de 05/07/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Art. 1.º Constituir Grupo de Estudo integrado pelos servidores **JERÔNIMO LOPES**, matrícula nº 2492; **CLERSON LARROYD**, matrícula nº 2138; **JACOB TANCREDO KNABBEN**, matrícula nº 1802; **KATIA LOTTIN**, matrícula nº 1638; **SILVIA REJANE BOTTOMÉ**, matrícula nº 1904; **TÂNIA M. HILSENDEGER DA SILVA**, matrícula nº 1249; **VERA LUCIA CARDOSO**, matrícula nº 1600; **RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262; **CARMEM LUCIA CORREA ZATTAR**, matrícula nº 0901; **FREDERICO ALEXANDRE CRIPPA**, matrícula nº 2037; **MARCO ANTONIO B. DA ROCHA**, matrícula nº 1896; **VÂNIA MARIA C. DE OLIVEIRA CERVI**, matrícula nº 1546; **MARCIA GONZAGA DE OLIVEIRA,** matrícula nº 1101; **MARIA APARECIDA LEITÃO PACHECO**, matrícula nº 2130 e **ALTAIR SANTOS DE AGUIAR**, matrícula nº 0058, para, sob a coordenação do primeiro elaborar estudo técnico, arquitetônico e ergonômico das instalações da Coordenadoria de Assistência e Saúde.

Art. 2.º Ao término do Estudo o Grupo apresentará à Diretoria Geral um relatório conclusivo.

Art. 3.º Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudo não serão remunerados.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1678, de 05/07/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1641, de 03/07/07, que nomeou CRISTINE SCHAEFER, no cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1679, de 05/07/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CRISTINE SCHAEFER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/07/07 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1680, de 05/07/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **OSVALDO DE SOUZA BALBINO**, matrícula nº 4688, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 30/06/07 (Deputado Genésio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1681, de 05/07/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA,** matrícula nº 1239, por 30 (trinta) dias, a partir de 23/06/07.

PORTARIA Nº 1682, de 05/07/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ADEMAR FRANCISCO KOERICH**, matrícula nº 0356, por 15 (quinze) dias, a partir de 02/07/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1683, de 05/07/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Mauren Odete Pereira dos Santos	2385	3%	6%	06/06/07	1057/07
Pedro Ideraldo Sampaio	0980	3%	36%	17/06/07	1058/07
Dulce Maria da Costa	1914	3%	30%	16/06/06	1059/07
Rafael Pagani Luz	3751	3%	6%	01/06/07	1060/07
Maria Aparecida Rosa Eckert	2191	3%	24%	09/06/07	1061/07
Wellington José Zomkowski	2172	3%	24%	09/06/07	1062/07
Luiz Carlos Paiva Junior	2162	3%	24%	09/06/07	1063/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 260/2007

Declara de utilidade Pública a **"Associação Navegantina de Artes Musicais"** com sede e foro na Cidade de Navegantes.

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "**Associação Navegantina de Artes Musicais",** constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, CGC-MF nº 07.102.720/0001-07, fundada em 21 de novembro de 2001, com sede e foro na Cidade de Navegantes.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis (SC), 03 de julho de 2007.

DEPUTADO JOSÉ NATAL PEREIRA

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/07

JUSTIFICATIVA

A presente entidade "Associação Navegantina de Artes Musicais", é uma associação civil, de fins filantrópicos, de caráter beneficente, educativo e de incentivo as artes musicais. Tem por finalidade básica a cultura musical em geral, objetivando em especial levar o conhecimento e incentivo às comunidades da região. Importante salientar, que na busca de seus objetivos a entidade poderá vir a criar e desenvolver serviços que visem o amparo e assistência a jovens, crianças e pessoas necessitadas, promovendo desta forma, o desenvolvimento comunitário no que se referem a quaisquer eventos musicais e ao incentivo a pratica de instrumentos musicais.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 261/07

Autoriza o Poder Executivo a implantar nas unidades educacionais da rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina, programa especial de ciclo de palestras educativas contra a dependência de nicotina, álcool e outras drogas nocivas à saúde física e mental.

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar nas unidades da rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina, programa especial de ciclo semestral de palestras educativas contra a dependência de nicotina, álcool e outras drogas nocivas à saúde física e mental.

Parágrafo único. As ações referidas no *caput* consistem na implantação, nas unidades educacionais da rede estadual de ensino do Estado, de um ciclo semestral de palestras temáticas, obedecendo aos seguintes critérios:

I - As palestras serão ministradas por pessoas de notável saber sobre a matéria definida, mediante comprovação curricular;

II - Será obrigatória, sob a responsabilidade de cada educandário integrante da rede estadual de ensino, a inclusão de, no mínimo, duas palestras por semestre a cada ano letivo escolar, ministradas sempre em horários e locais apropriados do próprio educandário, com presença obrigatória dos corpos docente e discente, com duração mínima de sessenta minutos, não podendo exceder à carga horária de duas horas/aula;

III - As palestras terão exclusivamente como tema os malefícios da dependência de nicotina, álcool e outras drogas nocivas à saúde física e mental do ser humano, sendo facultado ao palestrante o uso de equipamentos elétricos ou eletrônicos e outros objetos didático-pedagógicos, vedado o uso de material incompatível com a faixa etária à qual se destina;

IV - No âmbito de cada educandário, em estrita observância da temática prevista no *caput,* poderão ser promovidos certames de redações, contos, poesias, trabalhos, apresentações teatrais, debates e competições culturais, etc., facultando-se a premiação dos alunos que se destacarem, podendo ser por meio de nota de avaliação e ou pontuação a serem acrescidas nas médias escolares adstritas àquelas disciplinas nas quais se verifique compatibilidade com o conteúdo curricular, bem como por meio de condecorações especialmente instituídas para esse fim;

V - Observadas as peculiaridades pedagógicas aplicáveis a cada faixa etária do estudantado e sem prejuízo do calendário escolar, o ciclo semestral de palestras de que trata a presente Lei poderá ser aplicado nos diferentes níveis de ensino que integram ou venham a integrar a rede estadual;

Art. 2º O Poder Executivo, com a superveniência da Secretaria de Estado da Fazenda, observada a legislação aplicável na espécie, poderá conceder benefícios fiscais às empresas sediadas no Estado que queiram participar do programa, patrocinando palestras ou fazendo doações para esse fim, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

§1º Para a aplicação da presente Lei o Poder Executivo também poderá contar, no que couber, com o concurso da Secretaria de Estado da Educação e de outros órgãos da administração pública.

§2º Como meio de propagação na comunidade e ou de esclarecimento a quem interessar possa, fica o Poder Executivo autorizado, no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei, a elaborar e distribuir impressos promocionais, os quais conterão informações sobre o objetivo do programa, bem como a regulamentação, se for o caso, da concessão do benefício fiscal estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 3º O Poder Executivo, no que couber, regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Professor Grando

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/07

JUSTITICATIVA

Com base no histórico desta Casa, temos plena consciência de que não somos o legislador pioneiro na iniciativa de criar mecanismos que visem prevenir e coibir o uso de drogas nocivas à saúde física e mental dos catarinenses, sobretudo dos nossos jovens, alvo principal dessa excrescência que assola a humanidade desde os seus primórdios.

Em verdade, nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina encontram-se registradas um sem número de proposições de origem parlamentar dando conta da diligência dos deputados catarinenses acerca da prevenção do uso e da proliferação das drogas, sobretudo no seio da comunidade estudantil. Algumas se tornaram leis. Outras foram arquivadas por faltar-lhes a juridicidade exigível na espécie, mas nem por isso demeritórias, todas dignas de louvor e aplauso.

A bem da verdade, pelo que constatamos por meio de uma pesquisa levada a termo no banco de dados desta Casa, algumas iniciativas da mesma natureza do nosso projeto de lei não lograram êxito porque pretendiam incluir o tema como matéria da grade curricular da rede estadual de ensino, o que foge à prerrogativa jurisdicional do Poder Legislativo, seja porque criaria mecanismos geradores de despesas, seja porque a alteração do sistema curricular escolar não é da alçada parlamentar.

Nosso projeto de lei, ao contrário, tem como escopo autorizar o Poder Executivo a implantar na rede estadual de ensino um programa semestral de palestras educativas contra a dependência de nicotina, álcool e outras drogas nocivas à saúde física e mental, medida essa que não geraria despesa ao erário, tampouco usurparia a competência jurisdicional de quem a tem.

O fato é que a lacuna persiste ante a ausência de legislação estadual específica. É preciso implantar nas escolas esse tipo de mecanismo educativo e preventivo, que aparentemente até possa parecer inócuo ante as mazelas e agruras adstritas ao processo de socialização dos nossos jovens, mas não o é, pois é através da palavra bem elaborada que se chega à conscientização do coletivo, daí porque nosso projeto de lei, que tem em foco exatamente esse mister, qual seja, tocar no cerne da questão por meio de palestras proferidas por quem entende do assunto.

Ademais, nosso projeto de lei além de incentivar ainda mais a discussão sobre o tema das drogas, busca integrar de maneira direta no programa a iniciativa privada, facultando na forma da lei certos benefícios ou incentivos fiscais àquelas empresas que queiram patrocinar palestras ou efetuar doação para esse fim.

A questão das drogas, esse mal secular que vem ceifando vidas e destruindo famílias inteiras em progressão geométrica, exige ações constantes da sociedade e o Parlamento catarinense não pode ficar fora dessa cruzada.

Para se ter uma idéia desse tumor social, as drogas, seja o vício do alcoolismo, do tabagismo ou das drogas químicas conhecidas, apenas no Brasil 11,2% (onze vírgula dois por cento) sofrem com o alcoolismo; no mundo são 1,5 (um vírgula cinco) bilhão; com quase 30 milhões de dependentes no Brasil, o cigarro mundialmente mata 200.000 (duzentas mil) pessoas por ano, o que significa uma morte a cada oito segundos no planeta.

A propósito, o alcoolismo, até visto com certa condescendência pela sociedade mundial, eis que se apresenta como uma "bebida social", deve ser encarado com extrema cautela, pois além da saúde, é responsável pelos altos índices de violência na humanidade.

Pesquisas indicam que a maior parte dos dependentes químicos iniciou-se no vício na juventude. Entre os usuários de drogas pesadas, isso ocorre em regra aos 21 anos de idade. No que se refere ao alcoolismo, antes dos 15 anos - e veja-se aí a importância de iniciativas tais como o nosso projeto de lei. Por isso, é elementar que fiquemos muito atentos aos nossos jovens. O alcoolismo pode ser a porta da desgraça de muitos jovens e, por extensão, da sociedade brasileira!

Um estudo publicado na revista inglesa *The Lancet* determinou um *ranking* das drogas mais nocivas à saúde física e mental. Para tanto, considerou três critérios para demarcar o malefício: grau de danos ao organismo, a capacidade de induzir dependência e o impacto do vício na vida social do indivíduo. Eis os tipos de drogas por grau decrescente de nocividade: 1º) heroína, 2º) cocaína, 3º) barbitúricos, 4º) álcool, 5º) benzodiazepínicos, 6º) Anfetaminas, 7º) Nicotina, 8º) Maconha, 9º) LSD e 10º) Êxtase.

Melhor dizendo, esse problema das drogas ainda está longe de ser solucionado, mas nem por isso podemos refugar qualquer tipo de antídoto, por mais paliativo que possa parecer.

Fiquem certos, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, que o nosso desejo era ter concebido um projeto de lei que obrigasse o governo estadual a implantar o programa, ao invés de apenas autorizar, contudo, resignados e engessados pelas barreiras jurídicas, fomos obrigados a nos contentar com a apresentação de uma medida contendo apenas mera autorização a ser outorgada pelo Legislativo ao Executivo.

Entretanto, temos certeza absoluta que o Governo Luiz Henrique da Silveira, consciente da gravidade da epidemia das drogas, saberá conduzir com maestria a implantação desse programa originado com o projeto de lei de nossa autoria, atingindo na plenitude a meta pretendida, objetivo esse suprapartidário, motivo pelo qual rogamos o apoio incondicional dos nobres Pares desta Casa de Leis.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 262/07

Dispõe sobre a criação de programas de capacitação de pessoal pela Secretaria de Estado da Educação, voltados aos deficientes visuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica criado o Programa de Capacitação de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, voltado ao atendimento dos deficientes visuais.

§ 1º O pessoal de que trata o *caput* é compreendido por professores e funcionários da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado .

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre criação de programas de capacitação de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, voltados aos deficientes visuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

O objetivo desta proposição, além de atenuar as dificuldades dos deficientes visuais, é o de tentar evitar o êxodo dos portadores dessa deficiência das escolas públicas, visando garantir aos jovens que almejam estudar em nossas instituições, condições para tal, e assim, estaremos exercitando a cidadania, dando condições de igualdade, fazendo a inclusão social dos excluídos.

Espero, portanto, o apoio dos nobres Pares à presente proposta de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 263/2007

Determina como requisito às empresas privadas que queiram instalar-se no Estado de Santa Catarina, a contratação preferencial de trabalhadores nascidos e ou comprovadamen-te residentes no Estado.

Art. 1º Fica determinado às empresas privadas que queiram instalar-se no Estado de Santa Catarina, a contratação preferencial, num percentual mínimo de oitenta por cento de trabalhadores nascidos e ou comprovadamente residentes no Estado.

Parágrafo único. A reserva estabelecida no *caput* devera ter carência mínima de 5 anos de contrato com esses trabalhadores.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Nilson Gonçalves
Lido no Expediente
Sessão de 05/07/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre a determinação ao Poder Executivo exigir, como um dos requisitos para as empresas privadas instalarem-se no Estado de Santa Catarina, que contratem, preferencialmente, 80% (oitenta por cento) de trabalhadores nascidos e ou comprovadamente residentes no Estado, no mínimo um ano antes da sua instalação.

O presente projeto de lei tem por objetivo possibilitar garantia, segurança, e valorizar a auto-estima do cidadão catarinense e ou radicado no Estado, que almeja sua integração no mercado de trabalho. Nesse viés, busca-se evitar a distância entre a empresa privada que venha a se instalar no Estado e a contratação para o mercado de trabalho do cidadão catarinense que, na maioria dos casos, mesmo capacitado, acaba por ficar de fora de uma possível contratação, visto muitas dessas empresas que vêm de fora aproveitarem preferencialmente funcionários de seus estados de origem, causando desprestígio ao trabalhador de nosso Estado que, ansioso em resgatar a sua dignidade e cidadania pela inclusão profissional, quando não é chamado, acaba frustrado.

Não há lei que proteja e obrigue a contratação de trabalhadores catarinenses, em empresas que se instalam em nosso território, e muitas dessas acabam por abrir empregos nos seus estados de origem quando trazem seus profissionais.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 264/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Portadores de Artrite do Vale do Itajaí, com sede no município de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Portadores de Artrite do Vale do Itajaí, com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens de legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Júlio Garcia

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Portadores de Artrite do Vale do Itajaí, com sede no município de Itajaí.

Trata-se de uma associação civil, filantrópica, de caráter social, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado com a finalidade de planejar e desenvolver programas prioritários de serviço social, programar por meio de ações de reabilitação a integração dos membros da Apavi ao mercado de trabalho, desenvolver programas de apoio e intercâmbio com hospitais e ou outros órgãos e serviços especializados, garantindo aos seus membros o acesso e a continuidade no seu processo de reabilitação global, e defender, nos poderes públicos, os interesses das pessoas portadoras de doenças reumáticas.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação dos Portadores de Artrite do Vale do Itajaí seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 134/2007

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os incisos XV e XVII do art. 80 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80 .....
.....

XV - Blumenau, com abrangência nos seguintes Municípios: Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Pomerode; (NR)

.....

XVII - Itajaí, com abrangência nos seguintes Municípios: Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras e Porto Belo; (NR)

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 015/07

Dispõe sobre a prorrogação de contratos por prazo determinado no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os contratos de pessoal, firmados por prazo determinado, para admissão em caráter temporário no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, com fundamentação no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 21, § 2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, ficam prorrogados até 31 de julho de 2007.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 8 de agosto de 2006.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 075/07

Denomina Haroldo Prust o Ginásio de Esportes da EEB Rodolfo Zipperer, do Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Haroldo Prust o Ginásio de Esportes da EEB Rodolfo Zipperer, do Município de Canoinhas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0092/07

Ratifica os termos dos contratos nºs 491 e 492, de 2003, de promessa de compra e venda de imóveis entre o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC, BESC Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimentos - BESCREDI, e o Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica ratificada a aquisição da sede administrativa do BESC, efetuada nos termos do contrato de compra e venda de nº 491, de 07 de outubro de 2003, realizado entre o Estado de Santa Catarina e o BESC, com fundamento na autorização contida na Lei nº 12.563, de 15 de janeiro de 2003.

Parágrafo único. O preço final, estabelecido em R$ 41.498.040,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e quarenta reais), será pago pelo Estado ao BESC, em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas, devidamente corrigidas pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC, acrescidas de juros simples de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira parcela de R$ 529.736,47 (quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Art. 2º Fica ratificada a aquisição de imóveis da BESCREDI, efetuada nos termos do contrato de compra e venda nº 492, de 07 de outubro de 2003, realizado entre o Estado de Santa Catarina e a BESCREDI, com fundamento na autorização contida na Lei nº 12.563, de 15 de janeiro de 2003.

Parágrafo único. O preço final, estabelecido em R$ 1.468.280,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil e duzentos e oitenta reais), será pago pelo Estado a BESCREDI, em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas, devidamente corrigidas pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC, acrescidas de juros simples de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira parcela de R$ 18.743,09 (dezoito mil setecentos e quarenta e três reais e nove centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0101.5/2007

No art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0101.5/2007 onde se lê "Associação Atitude e Vida - AAVE, com sede na cidade de Fraiburgo", leia-se "Associação Atitude e Vida de Fraiburgo, com sede no município de Fraiburgo".

Sala das Sessões, em

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa visa sanar lapso redacional na denominação da entidade, conforme observado no art. 1º do seu Estatuto Social, à fl. 50 do presente Processo.

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 03/07/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 101/07

Declara de utilidade pública a Associação Atitude e Vida de Fraiburgo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Atitude e Vida de Fraiburgo - AAVE, com sede no Município de Fraiburgo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 103/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Tubarão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Edson Filho, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito de uma área com três mil, cento e oitenta metros quadrados, contendo benfeitoria com trezentos e setenta e seis metros e sessenta e um decímetros quadrados, matriculada sob o nº 72.267 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão e cadastrado sob o nº 02094 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo possibilitar o atendimento ao maior número de crianças, adolescentes e adultos portadores de necessidades especiais.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 114/07

Declara de utilidade pública a Cáritas Esperança Três Barras - CETRESB, do Município de Três Barras.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cáritas Esperança Três Barras - CETRESB, com sede no Município de Três Barras.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 117/07

Declara de utilidade pública a Associação Bellunesi Nel Mondo Família de Siderópolis, com sede no Município de Siderópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Bellunesi Nel Mondo Família de Siderópolis, com sede no Município de Siderópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 126/07

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R$ 3.072.963,00 (três milhões, setenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais), em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

26000	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E RENDA
26022	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Atividade	Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Araranguá
Código	26022.16.482.0340.0376 P 007414
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.5.	Inversões Financeiras
4.5.90	Aplicações Diretas

4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	90.364,20
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Blumenau		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007448		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	48.194,24
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Caçador		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007420		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	42.169,96
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Campos Novos		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007457		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	72.291,36
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Canoinhas		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007452		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	114.461,32
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Criciúma		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007442		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	36.145,68
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 000196		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	45.182,10
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Grande Florianópolis		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007453		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	90.364,20
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Ituporanga		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007444		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	30.121,40
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Joaçaba		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007417		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	150.607,00
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Lages		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007455		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	21.084,98
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e /ou em Condomínios SDR - Mafra		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007462		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	90.364,20
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Maravilha		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007449		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	24.097,12
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Palmitos		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007451		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	30.121,40
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Rio do Sul		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007443		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	78.315,64
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - São Lourenço do Oeste		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007428		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		

4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	48.194,24
Atividade		Moradia Rural - SDR - Araranguá		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007323		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	63.254,94
Atividade		Moradia Rural - SDR - Blumenau		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007329		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	51.206,38
Atividade		Moradia Rural - SDR - Brusque		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007328		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	10.861,11
Atividade		Moradia Rural - SDR - Caçador		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007341		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	108.437,04
Atividade		Moradia Rural - SDR - Campos Novos		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007338		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	28.325,72
Atividade		Moradia Rural - SDR - Canoinhas		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007333		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	53.639,30
Atividade		Moradia Rural - SDR - Chapecó		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005584		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	81.327,78
Atividade		Moradia Rural - SDR - Concórdia		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005583		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	85.006,17
Atividade		Moradia Rural - SDR - Criciúma		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007355		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	21.084,98
Atividade		Moradia Rural - SDR - Curitibanos		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007337		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	117.473,46
Atividade		Moradia Rural - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 000197		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	45.182,10
Atividade		Moradia Rural - SDR - Grande Florianópolis		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007322		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	84.339,92
Atividade		Moradia Rural - SDR - Ibirama		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007325		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	72.407,40
Atividade		Moradia Rural - SDR - Itajaí		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007327		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	30.121,40
Atividade		Moradia Rural - SDR - Ituporanga		

Código		26022.16.482.0340.0376 P 007324		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	117.010,28
Atividade		Moradia Rural - SDR - Jaraguá do Sul		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007344		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	30.121,40
Atividade		Moradia Rural - SDR - Joaçaba		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005582		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	54.276,54
Atividade		Moradia Rural - SDR - Joinville		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007331		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	72.291,36
Atividade		Moradia Rural - SDR - Lages		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007336		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	133.750,62
Atividade		Moradia Rural - SDR - Laguna		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007357		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	21.084,98
Atividade		Moradia Rural - SDR - Mafra		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007330		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	88.626,54
Atividade		Moradia Rural - SDR - Maravilha		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005874		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	111.449,18
Atividade		Moradia Rural - SDR - Palmitos		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007340		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	21.084,98
Atividade		Moradia Rural - SDR - Rio do Sul		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007326		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	120.485,60
Atividade		Moradia Rural - SDR - São Joaquim		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007335		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	60.242,80
Atividade		Moradia Rural - SDR - São Lourenço do Oeste		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007393		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	109.074,28
Atividade		Moradia Rural - SDR - São Miguel d' Oeste		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007342		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	51.843,62
Atividade		Moradia Rural - SDR - Tubarão		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007334		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	66.267,08
Atividade		Moradia Rural - SDR - Videira		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007339		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		

4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	84.339,92
Atividade		Moradia Rural - SDR - Xanxerê		
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005847		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.5.		Inversões Financeiras		
4.5.90		Aplicações Diretas		
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R$	66.267,08

Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:

52000	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
52002	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
SUBAÇÃO	Amortização e encargos de financiamento externo
Código	57002.28.844.960.0264.009902
FONTE	0100
GRUPO DE DESPESA	(06) amortização de dívida
VALOR	R$ 3.072.963,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 154/07

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Morro da Fumaça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Morro da Fumaça, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito do imóvel constituído por um terreno com área de seiscentos e vinte e dois metros e setenta e cinco decímetros quadrados, contendo um prédio de alvenaria com área total construída de noventa metros quadrados, matriculado sob o nº 9.327 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga e cadastrado sob o antigo nº 05568 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo fornecer espaço físico destinado à instalação e ao desenvolvimento de programas sociais do Município.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, face à gratuidade da cessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 156/07

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Sombrio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter à Iraci Cardoso de Souza e outros o imóvel localizado no Município de Sombrio, onde se encontra instalada a Escola Reunida Celso Gervásio Cardoso, constituído por um terreno com um mil seiscentos metros quadrados e benfeitoria, matriculado sob o nº 23.946 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio e cadastrado sob o nº 01416 na Secretaria de Estado da Administração .

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação e deixou de atender a finalidade de sua aquisição, ficando desafetado da destinação originária.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 230/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Caçador.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Caçador, um terreno com área de dois mil e sessenta e quatro metros quadrados, onde se encontra edificado um ginásio de esportes, matriculado sob o nº 9.826 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por finalidade regularizar a ocupação do imóvel onde se encontra instalado um ginásio de esportes, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 187, de 16 de junho de 1988.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 11.130, de 08 de julho de 1999.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 240/07

Altera a Lei nº 9.915, de 1995, que declara de utilidade pública o Centro Cristão de Assistência Social Bom Amigo, de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 9.915, de 18 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a União Cristã - Associação Social e Educacional, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União Cristã - Associação Social e Educacional, com sede no Município de Blumenau." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 253/07

Altera a Lei nº 10.829, de 1998, que declara de utilidade pública a Associação do Menor, de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 10.829, de 27 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Ecos da Esperança, de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ecos da Esperança, com sede no Município de Joinville." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de julho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***